



ÁREA SOCIAL

DIAGNÓSTICOS E RELATÓRIOS SETORIAIS

NAS ÁREAS DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO

DIAGNÓSTICOS E RELATÓRIOS SETORIAIS

NAS ÁREAS DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO



ÁREA SOCIAL

ÍNDICE

8	INTRODUÇÃO
10	1. APRESENTAÇÃO DO SETOR DA ÁREA SOCIAL
11	1.1 Área de Estudo
12	2. CONTEXTUALIZAÇÃO
13	2.1 Atores e competências
15	2.2 Cenário Atual do Setor da Área Social (situações-problemas)
24	2.3 Participação Social
25	2.4 Posicionamento estratégico
32	2.5 Situação do setor no território MONTE ACE no contexto regional e nacional
34	3. ANÁLISE RETROSPETIVA
38	4. ANÁLISE PROSPETIVA
39	4.1 Previsibilidade de crescimento
42	5. AGILIDADE NA ADAPTAÇÃO FRENTE A POSSÍVEIS MUDANÇAS
54	6. MELHOR ENTENDIMENTO DO MERCADO
60	7. IDENTIFICAÇÃO DE LACUNAS DEIXADAS PELOS CONCORRENTES
66	8. O QUE AVALIAR PARA A ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS SETORIAIS
67	8.1 Análise de Indicadores
72	8.2 Análise comparativa com outros projetos da mesma natureza
74	9. NECESSIDADES DE FORMAÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DE PROJETOS SETORIAIS
78	10. CONCLUSÕES
88	BIBLIOGRAFIA
89	FICHA TÉCNICA

ÍNDICE DE TERMOS E DE ABREVIATURAS

ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo

ALENTEJO 2020 – Programa Operacional Regional do Alentejo 2014–2020

CAE – Classificação das Atividades Económica

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

CCP – Código da Contratação Pública

CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo central

CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização 2014–2020

DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária

EIDT – Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial

ENEI – Estratégia Nacional de Especialização Inteligente

EREI – Estratégia Regional de Especialização Inteligente

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

FSE – Fundo Social Europeu

GAL – Grupos de Ação Local

HERCULES – Herança Cultural, Estudos e Salvaguarda

I&D – Inovação e Desenvolvimento

I&DT – Inovação, Desenvolvimento e Transferência

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

I&I – Inovação e Investigação

IIDT – Investigação, Inovação, Desenvolvimento e Transferência

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

GAL ALENTEJO CENTRAL – Monte - Desenvolvimento Alentejo Central, ACE'

NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização Não Governamental

PACT – Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia

PAR – Plano de Ação Regional

PDCT – Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

PDR 2020 – Programa de Desenvolvimento Rural 2014–2020

PDR 2030 – Programa de Desenvolvimento Rural 2014–2020

PIB – Produto Interno Bruto

POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

POR – Programa Operacional Regional

PROTA – Programa Regional de Ordenamento do Território do Alentejo

PRR – Programa de Recuperação e Resiliência

PT 2020 – Portugal 2020 - Quadro Financeiro Plurianual 2014–2020

PT 2030 – Portugal 2030 - Quadro Financeiro Plurianual 2021–2027

SI – Sistemas de Incentivo

SI2E – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego

SRTT – Sistema Regional de Transferência de Tecnologia

SWOT – Matriz Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats. (português: Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças)

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UE – União Europeia

UÉ – Universidade de Évora

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

VAB – Valor Acrescentado Bruto

INTRODUÇÃO

«A Economia Social e a Economia Solidária não se devem confundir; no entanto os dois conceitos são articuláveis, e é importante que exista uma aliança entre ambas, sem que com isso se deixem de questionar uma à outra.»

Jean-Louis Laville

O presente documento resulta da necessidade do GAL Alentejo Central proceder à atualização participativa do diagnóstico nas áreas de especialização produtiva do território no setor social da região do Alentejo Central.

Esta atualização pretende identificar as necessidades de dos setor em estudo na região, bem como das potencialidades que se traduzam positivamente no seu crescimento e desenvolvimento.

Este estudo é extremamente importante porque permite verificar quais as melhores áreas de intervenção tendo em vista o desenvolvimento e/ou incentivo para a criação e melhoramento das entidades da economia social, com a consequente fixação de mão de obra, particularmente a mais jovem.

O documento inclui os capítulos seguintes:

I) Apresentação do setor social- A área de estudo a caracterizar correspondente ao GAL do Alentejo Central, que não coincide com a NUT III dado que existem 4 concelhos que não pertencem ao GAL (Mora, Mourão, Portel e Viana do Alentejo).

O Alentejo em geral e o Alentejo Central em particular possui em termos sociais várias entidades da economia social que dão resposta, ainda que com dificuldades, às necessidades da população cada vez mais envelhecida.

Pretendemos neste capítulo delinear o setor da área social da região e identificar dos segmentos em que ele se desdobra.

II) Contextualização da área de estudo. Será feita a apresentação dos principais atores que interferem no desenvolvimento dos setor social, nomeadamente nos aspetos organizadores e regulatórios, situação e problemas atuais existentes nestes setor de atividade, a participação social, canais de comunicação e relacionamento com o estado, bem como as principais pretensões e reivindicações sociais. Por último analisaremos o posicionamento estratégico da região e os cenários relativos a esse posicionamento através de análise swot, com base nos elementos que consideramos importantes para o desenvolvimento da área social.

III) Análise Retrospectiva- Apresentação sucinta da política atual dos setor social, com apresentação dos principais desafios e restrições à implementação das políticas de desenvolvimento regional.

IV) Análise Prospetiva- Fazendo o diagnóstico setorial e territorial, é possível entender qual o melhor rumo a seguir tendo em conta as necessidades, potencialidades e riscos que afetam os setor social. Neste sentido é possível aos decisores, terem uma maior previsibilidade do crescimento dos setor em análise e identificar as áreas que merecem maiores investimentos, tendo em vista o desenvolvimento local que satisfaça a região em termos sociais.

1. APRESENTAÇÃO DO SETOR DA ÁREA SOCIAL

Pretendemos delinear o setor da área social da região e identificar dos segmentos em que ele se desdobra.

1.1 ÁREA DE ESTUDO

A caracterização do território do Alentejo Central que fazemos, corresponde à NUT III. Pretendemos identificar as diferenciações ao nível territorial em termos físicos e socioeconómicos. Refira-se, no entanto, que o território correspondente à área de influência do GAL Alentejo Central não coincide com o território da NUT III, excetuam-se os concelhos demora, Mourão, Portel, parcialmente o concelho de Montemor o Novo e Viana do Alentejo. Corresponde praticamente à região do distrito de Évora e encontra-se localizado a Sul de Portugal, tem uma área de 7393 km², sendo o segundo maior distrito português. É limitado a norte com o distrito de Santarém e com o distrito de Portalegre, a leste com a Espanha (provincia de Extremadura), a sul com o Distrito de Beja e a oeste com o Distrito de Setúbal.

Pretendemos com este trabalho elaborar os diagnósticos e relatórios setoriais na área social no território do GAL do Alentejo Central.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 ATORES E COMPETÊNCIAS

Pretendemos em primeiro lugar fazer uma apresentação sucinta dos principais atores envolvidos no setor da área social no território do Monte ACE, bem como as suas competências, particularmente no que se refere aos aspetos organizativos e regulatórios.

Assim, de acordo com a Conta Satélite, as entidades prestadoras de serviços, bem como as respostas sociais estão previstas no Artº 4º da Lei de bases da Economia Social e são as seguintes:

As cooperativas que resultam de grupos de pessoas que se unem voluntariamente com o objetivo de resolver problemas que os afetam diretamente. São organizações autónomas de entreatajuda, controladas democraticamente e com participação ativa dos seus membros.

Estes organismos não têm proprietários (os proprietários são os sócios da cooperativa). São organizações abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e dispostas a assumir as responsabilidades de membro, sem discriminações de sexo, sociais, políticas, raciais ou religiosas.

As associações mutualistas são instituições particulares de solidariedade social com um número ilimitado de associados, têm duração indefinida e capital indeterminado. Tem como objetivo fins de auxílio mútuo de forma a concederem benefícios no âmbito da saúde e segurança social, no interesse dos seus associados e das respetivas famílias.

As mutualistas colocam à disposição, dos seus associados, modalidades de proteção ou de poupança (atividades de saúde, com ou sem farmácia; atividades de saúde, suplementada com modalidades de previdência complementar, com o objetivo de pagamento ao associado, ou aos beneficiários por ele indicados, de um benefício pela constituição de uma poupança ou pela cobertura de riscos de morte, invalidez ou velhice, de acordo com o plano subscrito pelo associado.

As misericórdias estão intimamente ligadas à igreja católica, daí estas entidades se regerem pelo direito civil, mas também pelo direito canónico. Surgem da vontade de grupos de cidadãos com o objetivo de prestar apoio à comunidade. Esse apoio assenta essencialmente nas respostas sociais a crianças, idosos, deficientes etc., bem como na área da saúde através de hospitais, clínicas, cuidados continuados e estruturas residenciais para pessoas idosas.

As Santas Casas da Misericórdia têm o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, segundo os princípios da doutrina e moral cristã. Possuem um compromisso (estatutos) que regem as instituições, onde estão definidos a denominação, a natureza, a organização e fins da instituição, as condições de admissão dos irmãos, seus direitos e obrigações, o culto e assistência espiritual, o património e regime financeiro da Misericórdia e os seus corpos gerentes. Os corpos sociais de uma Misericórdia são constituídos por irmãos em pleno gozo dos seus direitos, são voluntários, cujos órgãos diretivos são: a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Definitório/Conselho Fiscal. Os membros dos corpos e órgãos sociais são voluntários.

As fundações são pessoas coletivas, sem fins lucrativos, com património cujo objetivo é a prossecução de obra de interesse social. O objetivo social deve ser bem explícito e não deve haver distribuição de lucros, caso existam. Infelizmente tem havido muitos casos, que têm vindo a público, que em nada dignificam as fundações e o papel subjacente à sua criação.

As Fundações são criadas por iniciativa de uma ou mais pessoas jurídicas, com a finalidade de gerir um património não inferior a 250 000€ e o processo de constituição de fundações privadas estão pendentes do Primeiro Ministro ou em quem este delegar.

As instituições particulares de solidariedade social (IPSS) não integradas nas anteriores, são consideradas pessoas coletivas sem fins lucrativos. São instituições privadas procurando dar respostas aos seus associados, de natureza social diversas.

As IPSSs podem ter diferentes formas de organização, às quais lhes é atribuído esse estatuto, tais como: associações de solidariedade social, associações mutualistas, fundações de solidariedade social, santas casas de misericórdia. Além destas ainda podem ter esse estatuto, os Centros Paroquiais da Igreja Católica (centros sociais paroquiais) e as Caritas.

Encontramos ainda, as associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, bem como difentes tipos de organizações da sociedade civil de desenvolvimento, do ambiente e de outra natureza, desde que respeitem os princípios orientadores da economia social.

2.2 CENÁRIO ATUAL DO SETOR DA ÁREA SOCIAL (SITUAÇÕES-PROBLEMAS)

Pretendemos identificar as situações negativas e ou oportunidades de melhoria existentes na sociedade, relacionados com o setor da Área Social no território MONTE ACE e seus segmentos, que serão objeto de intervenção ao longo do período do Plano (Situações negativas e ou comportamentos indesejáveis que necessitam de correção/intervenção tendo em vista os objetivos da ação).

Não podemos identificar situações negativas e ou oportunidades de melhoria existentes na sociedade, relacionados com o setor da Área Social na região do Alentejo Central, tendo em conta que este território não tem características específicas que o diferenciem de outros territórios. Embora existam diferenças em termos de desenvolvimento económico e social, resultante de razões de natureza económica e política que a história testemunha.

O mundo em que vivemos é extremamente heterogéneo em termos económicos e em termos sociais, fruto de modelos políticos que estiveram subjacentes à evolução dos diferentes países. O nosso país não fugiu à regra e o modelo de desenvolvimento económico que temos é nitidamente típico do modelo de desenvolvimento dos países colonizadores e colonizados. Isto é, temos um litoral povoado e mais industrializado, contrariamente ao interior menos povoado, mais agrícola e envelhecido.

Se alguma razão poderia existir até à queda do modelo político do Estado Novo, o facto é que, passado cerca de 50 anos da queda do regime, pouco foi feito para inverter esta situação. Continuamos com grandes desigualdades a todos os níveis entre o modo de vida e qualidade de vida no litoral, comparativamente com o interior. Exceção seja feita ao progresso que tiveram as capitais distritais, cujo crescimento se deu devido à rede de Universidades e Politécnicos, que arrastaram consigo atividade económica ligada às empresas dos mais variados setores que nela se instalaram.

Diretamente relacionado com o setor de desenvolvimento económico, está o setor social, com reflexo em toda a problemática relacionada com a Ação Social.

A região sobre a qual recai o estudo que corresponde à área de influência do MONTE ACE,

está localizada precisamente no interior do nosso país e que corresponde quase à totalidade dos concelhos que constituem a NUT III- Alentejo Central.

Antes de entrarmos propriamente no tema em estudo-área social, faremos uma breve análise de alguns indicadores que se refletem na área social e conseqüentemente no tema deste trabalho.

Através da análise do quadro seguinte, relativo à população residente por concelho, verificamos que em toda a região houve uma redução da população a partir da década de 60.

POPULAÇÃO RESIDENTE POR CONCELHO			
CONCELHOS	ANOS		
	1960	2011	2021
Alandroal	12089	5843	5014
Arraiolos	12786	7763	6606
Borba	10431	7333	6428
Estremoz	23201	14318	12680
Évora	50095	56596	53577
Montemor-o-Novo	37328	17437	15799
Redondo	11967	7031	6286
Reguengos de Monsaraz	15090	10828	9871
Vendas Novas	---	11846	11245
Vila Viçosa	9974	8319	7387
TOTAL	182961	147314	134893

Fonte: INE, PORDATA

Esta década marca historicamente para o país e para a região a saída da população, quer para a emigração para a Europa, quer a migração para o litoral do nosso país, principalmente com destino à área metropolitana de Lisboa.

A população desta região, à semelhança do resto do Alentejo, que se dedicava aos trabalhos na agricultura, difícil, mal pago e com muitas horas de trabalho não remuneradas para além do horário normal, partiu à procura de uma vida melhor.

A partir desta época, a litoralização passou a ser cada vez maior, quer em termos de desenvolvimento, quer em relação à concentração populacional, que numa fase inicial vai colmatar a falta de mão de obra na construção civil e à mão de obra para a indústria em fase crescente nesta época.

Os concelhos essencialmente agrícolas registam descidas muito significativas em termos populacionais. A exceção é Évora que regista um ligeiro crescimento provocado pela atração exercida pelos concelhos do então distrito de Évora e mais tarde pela população estudantil universitária.

Também Vendas Novas, que só é elevada a concelho na década de 60, regista uma ligeira descida populacional de 2011 para 2021, devido não só ao desenvolvimento industrial, mas também às migrações pendulares para a área metropolitana de Lisboa, continuando a residir em Vendas Novas e também devido à população militar devido à importância do quartel aí existente. É de referir que Vendas Novas tinha e tem uma localização privilegiada em termos de acessibilidade em relação a Lisboa, quer através da linha férrea, quer através da EN 4. Aliás, o facto de Vendas Novas ser bem servida pelos meios de transporte ferroviário e rodoviário, constituiu importante fator de localização de fábricas para o parque industrial.

Como resultado desta saída de população da região, assistimos gradualmente ao seu envelhecimento com as conseqüências inerentes daí resultantes, relacionadas com a área social que a velhice da população provoca.

O envelhecimento populacional referido está espelhado no quadro seguinte, relativo à variação da população residente por concelho.

VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO POR CONCELHO				
CONCELHOS	População (0-14)		População (15-64)	
	2011 (%)	2021 (%)	2011 (%)	2021 (%)
Alandroal	11,4	10,2	58,2	57,8
Arraiolos	12,4	11,1	61,4	60,1
Borba	11,8	11,7	61,8	59,3
Estremoz	11,6	11,4	59,9	59,5
Évora	14,4	13,2	65,9	63,2
Montemor-o-Novo	12,0	11,5	59,3	58,2
Redondo	12,8	11,3	61,4	61,2
Reguengos de Monsaraz	14,2	12,3	61,6	61,1
Vendas Novas	14,1	12,1	60,8	58,3
Vila Viçosa	12,8	10,9	63,8	62,7

Fonte: INE, PORDATA

Verificamos que os grupos etários dos 0-14 anos registam uma diminuição em praticamente todos os concelhos da área de estudo de 2011 para 2021. A saída de população jovem tem sido responsável pela descida populacional neste escalão etário devido à redução da taxa de natalidade, dado que têm continuado a sair população em idade fértil e à idade de casamento ser mais tardia.

Quanto aos grupos etários 15-64 anos, manifestam alguma redução da população, como resultado das migrações e emigração, comprovando as dificuldades que estes concelhos têm em reter população, que continua a sair em busca de melhores condições de vida e/ou a procura de emprego adequado às suas aspirações.

Em relação ao grupo etário, maiores que 64 anos, verificamos que a população continua a aumentar, à população adulta dos 15-64 anos tem redução ligeira confirmando o envelhecimento populacional da região, arrastando consigo o aumento das despesas em termos de ação social, bem como a necessidade de respostas sociais para uma população a envelhecer rapidamente e que dificilmente rejuvenescerá se a política de desenvolvimento do país se mantiver.

CONCELHOS	TIPO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES					
	CLÁSSICOS		NÃO CLÁSSICOS		COLETIVOS-CONVIVÊNCIA	
	1981	2021	1981	2021	1981	2021
Alandroal	3595	4420	29	22	2	4
Arraiolos	4260	4758	5	0	3	6
Borba	3399	4206	21	0	4	5
Estremoz	7896	9372	37	0	6	16
Évora	18423	29755	113	30	38	49
Montemor-o-Novo	9033	10374	50	4	8	21
Redondo	4052	4557	21	5	3	4
Reguengos de Monsaraz	4812	6592	5	0	4	11
Vendas Novas	3935	6417	22	1	6	10
Vila Viçosa	3362	4823	8	2	4	6
Alentejo	341657	472808	2644	858	405	764
Alentejo Central	74100	98839	338	97	91	155

Fonte: INE, PORDATA

Relativamente ao tipo de alojamento familiar com base na análise do quadro seguinte, em relação ao alojamento clássico, o concelho com aumento significativo, de 1981 para 2021 é o de Évora, o que é normal, tendo em conta que é este concelho e principalmente a cidade

e sua envolvente que tem registado aumento população residente, como resultado do seu desenvolvimento industrial e do crescente aumento da população estudantil. No entanto, também os restantes concelhos, à semelhança de Évora aumentaram o número de alojamentos clássicos. Não podemos esquecer o incentivo e o apoio dado pelas entidades bancárias no apoio à construção de habitação própria e em muitos casos a habitação a custos controlados desenvolvida pelas autarquias e/ou cooperativas de habitação. A melhoria do nível de vida da população no Portugal democrático e o reflexo na qualidade de vida refletiu-se na procura de habitação própria provocando ao aumento do alojamento.

Quanto ao alojamento familiar não clássico, os aumentos de 1981 para 2021 são residuais, com aumentos mais elevados em Alandroal e Évora.

Em relação aos alojamentos coletivos, comparando 1981 com 2021, são os concelhos de Estremoz, Évora, Montemor o Novo e Reguengos de Monsaraz que aumentaram, tendo os restantes um aumento residual e pouco significativo.

Em termos globais, apesar dos aumentos verificados em todos os concelhos é Évora que se destaca relativamente aos três tipos de alojamentos familiares, tendo em conta que é o pólo de atracção da região e efetivamente o que mais tem crescido, contribuindo também para o despovoamento dos restantes concelhos.

A Ação Social corresponde a uma área de intervenção importantíssima para o acesso ao bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos. Apesar de existirem diferenças em termos de desenvolvimento económico e social no Alentejo Central, resultante de razões que a históricas do modelo de desenvolvimento do Estado Novo, é difícil diferenciá-lo de outros territórios. Assim, identificar situações negativas e/ou oportunidades de melhoria existentes na sociedade, relacionadas com o setor social, não é tarefa fácil.

Nesta região vamos encontrar problemas de natureza diferente em termos sociais o que obriga a refletir sobre o rumo a tomar em relação a inclusão social de pessoas numa sociedade heterogénea, que medidas tomar tendo em vista a igualdade no acesso a bens e serviços, bem como o direito ao trabalho e ao rendimento de forma que as desigualdades sejam menos notórias entre as diferentes classes sociais.

A Ação Social corresponde a uma área de intervenção importantíssima para o acesso ao bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos.

O aumento dos fenómenos de exclusão social, de razões diversas, leva a repensar a forma de satisfação das necessidades deste leque de pessoas vulneráveis em ascensão. Para tal, a Ação Social deve encontrar outras estratégias, relativamente à distribuição dos recursos. É óbvio que não é possível encontrar uma estratégia específica para a nossa região.

No entanto, a nível nacional é necessário haver grandes mudanças em termos de política social. É necessário repensar a forma como se combatem os problemas e encontrar soluções, quer ao nível das formas de intervenção, quer ao nível dos métodos de abordagem.

Na área em estudo, partindo do princípio que se pretende resolver a exclusão social no território, nas suas diferentes vertentes, dando as respostas sociais adequadas, é necessário inovar e articular as políticas públicas regionais e as organizações da economia social públicas ou privadas.

Procurámos analisar três indicadores que se refletem nas respostas sociais, que as políticas nacionais, regionais e municipais têm obrigação de encontrar soluções.

PODER DE COMPRA PER CAPITA				
CONCELHOS	ANOS			
	2002	2011	2015	2019
Alandroal	48,4	57,1	64,6	66,8
Arraiolos	56,4	68,7	72,7	73,8
Borba	66,5	71,3	75,0	75,5
Estremoz	73,0	89,8	95,2	95,5
Évora	111,9	112,5	116,4	117,8
Montemor-o-Novo	69,9	83,1	87,3	88,7
Redondo	56,4	66,2	72,0	73,6
Reguengos de Monsaraz	72,2	86,8	89,8	89,5
Vendas Novas	88,0	95,0	96,0	95,5
Vila Viçosa	77,3	81,2	84,9	83,4
Alentejo	77,0	88,0	91,0	90,8
Alentejo Central	---	89,9	94,4	95,4

Fonte: INE, PORDATA

No que se refere ao poder de compra per capita, cujos dados estão espelhados no quadro seguinte, verificamos que o poder de compra per capita aumentou em todos os concelhos da área de estudo, com particular destaque para Évora. No entanto, é de referir, que abaixo deste maior concelho da NUT III, surgem Estremoz, Vendas Novas, Montemor o Novo e Reguengos de Monsaraz.

Este aumento do poder de compra em termos globais de 2002 para 2019, demonstra que os concelhos da região tiveram melhoria significativa do nível de vida das populações.

Em relação aos beneficiários do subsídio de desemprego da segurança social, apresentados no quadro seguinte, podemos constatar que os beneficiários do subsídio de desemprego de 2001 para 2021 subiram em quase todos os concelhos.

BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO DA SEGURANÇA SOCIAL						
CONCELHOS	TOTAL		MASCULINO		FEMININO	
	2001	2021	2001	2021	2001	2021
Alandroal	53	44	19	15	34	29
Arraiolos	53	65	15	23	38	42
Borba	59	68	24	26	35	42
Estremoz	103	97	60	47	43	50
Évora	126	633	41	271	85	362
Montemor-o-Novo	103	130	37	48	66	82
Redondo	41	76	17	21	24	55
Reguengos de Monsaraz	120	148	62	59	58	89
Vendas Novas	93	111	33	46	60	65
Vila Viçosa	74	66	29	23	45	43
Alentejo	9454	9433	4521	4312	4933	5121
Alentejo Central	1041	1658	422	664	619	994

Fonte: INE, PORDATA

Com valores mais elevados nos concelhos de Évora e Reguengos de Monsaraz, embora este com valor muito inferior a Évora. Nos restantes concelhos a subida é pouco significativa e os concelhos de Alandroal e Vila Viçosa até tenham descido ligeiramente.

Em termos globais é de referir que o desemprego recai sobre a população do sexo feminino (sazonal nos concelhos mais agrícolas), apesar dos valores não serem exagerados comparativamente com o desemprego masculino.

Relativamente aos beneficiários do rendimento mínimo garantido (RMG) e ao rendimento social de inserção (RSI) entre 2003, 2011 e previsão de 2022 estão traduzidos no quadro seguinte.

BENEFICIÁRIOS DO RMG E RSI EM % DA POPULAÇÃO RESIDENTE			
CONCELHOS	ANOS		
	2003	2011	2022 (PRE)
Alandroal	1,6	4,8	1,0
Arraiolos	1,6	3,1	0,8
Borba	2,7	5,4	5,0
Estremoz	3,5	5,6	4,2
Évora	2,7	4,5	2,5
Montemor-o-Novo	2,4	2,6	1,3
Redondo	5,4	7,6	2,8
Reguengos de Monsaraz	3,6	7,8	5,2
Vendas Novas	2,1	2,5	2,0
Vila Viçosa	3,2	5,0	2,1
Alentejo	4,6	5,0	3,0
Alentejo Central	2,8	4,9	2,8

Fonte: INE, PORDATA

A análise do quadro permite-nos verificar que houve um aumento significativo de 2003 para 2011 em praticamente todos os concelhos, com particular destaque para Redondo e Reguengos de Monsaraz. Com valores ligeiramente inferiores surgem Borba, Estremoz e Vila Viçosa. Quanto a 2022, embora sejam dados previsionais, destacam-se com valores mais elevados Borba, Estremoz e Reguengos de Monsaraz, podendo eventualmente justificar estes dados, o facto de existir muita população residente de etnia cigana, que recorrem a este tipo de subsídios.

São os municípios que discutem e tentam encontrar soluções para tentarem encontrar as melhores respostas no combate à exclusão social, através das Redes Sociais. É nestes fóruns que se articulam e juntam todos os esforços, das autarquias e de entidades públicas e/ou privadas sem fins lucrativos, tendo em vista erradicar ou atenuar as situações de pobreza e da exclusão social, no sentido de promover o desenvolvimento social.

Pretende-se otimizar os recursos locais, criar e unir esforços e se planeiem de forma integrada prioridades a fim de resolver os problemas sociais, constituindo parcerias entre entidades públicas e privadas com intervenção no mesmo território. Esta parceria baseia-se na igualdade entre os parceiros que, por consenso, definem os objetivos e articulam entre si as ações

de intervenção a desenvolver pelos vários atores locais, que se encontram nas reuniões das redes sociais. São estes atores, os pilares fundamentais no crescimento, desenvolvimento e inovação das respostas sociais mais eficazes no território de atuação.

Nas sessões das Redes Sociais, o organismo com maior representação e responsabilidade é o município, que incluem os responsáveis políticos (presidente ou seu representante e representante das juntas de freguesia) e os técnicos de ação social. Os representantes do Centro Distrital de Segurança Social também são elementos fundamentais pela responsabilidade que têm na área social em articulação com os serviços regionais desconcentrados do Estado, e pela articulação com as entidades da rede com responsabilidades sociais, nomeadamente as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Normalmente as várias IPSSs têm um representante e desempenham um importante papel a nível local, porque são elas que respondem às necessidades sociais de públicos diversos tais como os idosos e crianças. Estão aqui integradas várias entidades tais como as Misericórdias, Associações de Reformados e outras associações não integradas nas anteriores, às quais foi atribuído o estatuto de IPSS para poderem obter apoio da Segurança Social pelos serviços públicos que prestam.

Participam ainda representantes das escolas, serviços de emprego e saúde que podem contribuir na resolução indireta dos problemas sociais e ainda as ADLs, coletividades de cultura e recreio pelo papel importante que desempenham no território.

É esta diversidade de entidades públicas e/ou privadas que encontram as melhores soluções nas resolução e prevenção dos problemas sociais dos vários concelhos, dado que são essas entidades que conhecem o território e mais facilmente tomam decisões que permitem resolver os problemas identificados no terreno.

2.3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A participação social está centrada principalmente em ONGs e movimentos sociais que lutam pela resolução dos problemas sociais que lhes dizem diretamente respeito. São normalmente pessoas que se reúnem e constituem associações, exercendo os seus direitos de cidadania de forma ativa, intervindo na sociedade. Estes movimentos sociais constituem por vezes autênticos grupos de pressão junto dos órgãos do poder político, condicionando as tomadas de decisão, tendo em vista a resolução dos problemas locais de acordo com os interesses das populações.

Em termos de política de desenvolvimento, as organizações associativas são fundamentais porque desempenham um papel muito importante na construção de solidariedades e refletem uma forma de vida em comunidade, favorecendo a democracia e a cidadania. As associações voluntárias não têm fins lucrativos e como o nome indica resultam do trabalho voluntário dos seus associados que se mobilizam para concretizar fins sociais.

Em Portugal a participação associativa é reduzida, embora o aumento de participação tenha ocorrido pós 25 de Abril de 1974, como resultado da queda do Estado Novo, devido ao alívio da pressão política e social que era exercido sobre o povo.

O associativismo é um importante fator de transformação e inovação social, permitindo experimentar novas soluções para resolução de problemas que afetam diretamente as populações.

O regime de voluntariado praticado nas associações, permite desenvolver ações que de outra forma teriam custos extremamente elevados para as comunidades e de difícil concretização.

O associativismo, para além do importante trabalho que desempenha, constitui um verdadeiro exercício de democracia. Contribui para uma nova cidadania e definição de identidade cultural local, à margem do sistema económico, com grande importância social, fruto do trabalho voluntário e gratuito dos seus dirigentes.

2.4 POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

O posicionamento estratégico mostra quais os cenários em que se encontram os diferentes *players* da área social no território MONTE ACE.

No que se refere ao setor social na área de intervenção do território em estudo, o caso do Alentejo Central, tem que ser pensado no sentido de encontrar as melhores soluções de bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos. Assim, devemos ter em conta que o principal objetivo da ação social se prende com o exercício da cidadania, a inclusão social e promoção da igualdade no acesso aos bens e serviços, ao trabalho e rendimento, de forma que todos os cidadãos satisfaçam as suas necessidades básicas. Como tal, é necessário um novo enquadramento das políticas públicas e dos seus coordenadores, de forma que os problemas das populações sejam resolvidos, tendo em vista o seu bem-estar e a inclusão social.

A principal ferramenta utilizada nesse momento para analisar os cenários relativos ao posicionamento estratégico dos setores Social é a análise SWOT. Ela permite uma análise mais detalhada sobre o ambiente interno e externo, com base nos seguintes elementos que consideramos importantes para o desenvolvimento social:

- > Quais as problemáticas e desafios de desenvolvimento social comuns à área de estudo?
- > Que tipo de respostas e intervenções relevantes e coerentes a realizar na região?
- > Que tipo de informação e conhecimento devem os atores da área social, para cooperarem e melhorarem a qualidade das respostas sociais?
- > Qual o tipo de intervenções inovadoras a desenvolver na região pelas entidades da economia social para dar resposta ao público-alvo?
- > Quem deve assumir as responsabilidades e competências a nível regional de coordenação e apoio às entidades da economia social?
- > Quem deve coordenar as políticas públicas a nível regional, tendo em conta a intenção de descentralização do Governo?
- > Qual o papel dos municípios em termos de intervenção social na região?
- > Como resolver o problema demográfico com implicações nos serviços de apoio social?

- > Como resolver os baixos índices de escolaridade e qualificação profissional dos ativos (empregados e desempregados) que limitam a capacidade competitiva das empresas?
- > Como a melhorar da rede de transportes na região?
- > Com resolver a baixa penetração das TIC, nomeadamente junto das empresas e da sociedade civil?

2.4.1 FORÇAS

- > A taxa de desemprego é, em geral, ligeiramente mais baixa nas zonas rurais, comparativamente com a média nacional;
- > Capacidade em investigação e inovação assente na Universidade de Évora e Politécnicos de Beja e Portalegre;
- > Crescente cooperação para a inovação com as empresas do setor social promovida pela aplicação dos instrumentos de apoio cofinanciados pela União Europeia;
- > Diminuição dos níveis de analfabetismo;
- > Centralidade geográfica relativamente a Alentejo;
- > Acessibilidade interna e externa;
- > Pequena distância entre as localidades da área de estudo;
- > Intensificação da sinalética de identificação e orientação;
- > Aumento de emigrantes dos países de Leste e Lusófonos;
- > Existência de associações culturais e desportivas em todos os concelhos;
- > Políticas municipais de apoio ao fomento das atividades no âmbito da economia social;
- > Região atrativa em termos culturais e de lazer;
- > Atividades económicas com forte probabilidade de expansão;

- > Dinâmica já existente do apoio domiciliário em termos sociais;
- > Número razoável de instituições, particularmente direcionadas para a assistência social;
- > Participação pública mais ativa;
- > Aumento do espírito solidário e de voluntariado;
- > Aumento da longevidade da população;
- > Aumento do apoio por serviços na base da família, o que requer menores recursos, nomeadamente públicos;
- > Atuação no terreno de equipas multidisciplinares domiciliárias;
- > Aumento da capacidade de dinamização de recursos privados.

2.4.2 FRAQUEZAS

- > Existência de marcada diferença na distribuição dos rendimentos e da riqueza;
- > Reduzida oferta de condições e oportunidades de vida na região e maior vulnerabilidade social;
- > Baixa remuneração do trabalho que leva à atração de imigrantes, com todos os problemas que lhe estão inerentes;
- > A região apresenta um despovoamento acentuado, acompanhado de um grande envelhecimento das populações;
- > Insuficiente capacidade de fixar recursos humanos;
- > Perda progressiva da população;
- > Envelhecimento da população;
- > Grande índice de dependência da população idosa;
- > População pouco qualificada;
- > Diminuição da taxa de natalidade;
- > Tendência para a desertificação de algumas zonas rurais;
- > Dependência física, psicológica e financeira da população idosa;

- > Índice de dependência de idosos elevado;
- > Elevado desemprego feminino;
- > Inexistência de Centros de Noite;
- > Falta de Apoio Domiciliário adequado aos vários níveis de dependência;
- > Necessidade de reparação no interior e exterior de algumas habitações;
- > Insuficiência de transportes colectivos urbanos e interurbanos;
- > Necessidades de realojamento de alguns agregados familiares;
- > Falta de iniciativa de muitas associações;
- > Fraca interação entre coletividades (instituições, associações, comunidade);
- > Falta de atividades culturais, recreativas e desportivas, motivadoras e atractivas para a população;
- > Falta de atividades para os jovens;
- > Falta de atividades para os idosos;
- > Ausência de respostas para desempregados e potenciais desempregados;
- > Elevados custos com a habitação;
- > Fraca articulação entre associações, nomeadamente ao nível da informação das ações desenvolvidas;
- > Fraco investimento na criação de novas funções/funcões diferenciadoras e com potencial de atracção de actividades inovadoras de âmbito social;
- > Ausência de políticas estratégicas e integradas para a população idosa;
- > Dificuldade de oportunidades para o desenvolvimento de carreiras nos serviços sociais de apoio a idosos, bem como falta de qualificação em gestão dos quadros dirigentes;
- > Dificuldades de garantir o apoio aos idosos através de serviços de apoio domiciliário;
- > Aumento das listas de espera no domínio de apoio a idosos através de lares derivadas de insuficiente cobertura;
- > Dificuldades da resposta atempada dos serviços de apoio aos idosos quando solicitados;

- > Ausência em muitas regiões de introdução das TIC por falta de rede de comunicações;
- > Trabalho realizado de forma informal com baixa preparação profissional e consequentemente forte rotatividade de mão de obra;
- > Grande diferença entre população rural e população urbana no acesso às principais modalidades de apoio a idosos;
- > Dependência dos financiamentos públicos excessiva e carência dos recursos dos utentes;
- > Fraca imagem e reputação dos lares.

2.4.3 OPORTUNIDADES

- > Importante valor patrimonial e paisagístico, potenciando os valores e recursos endógenos, fundamentais para a promoção do património e reforço da identidade;
- > Nova forma de utilização do espaço, associado a níveis de instrução da população elevados o que poderá significar maior facilidade de alteração de comportamentos ao nível da mobilidade, bem como criação e potenciação de novas actividades económicas
- > Valorização da qualidade paisagística e ambiental;
- > Capacidade de atracção demográfica desde que haja desenvolvimento de actividades económicas/sócias;
- > Existência de fundos nacionais disponíveis para apoio a projectos de qualificação em novas tecnologias;
- > Legislação favorável ao fomento do associativismo;
- > Programas do INH para recuperação e construção habitacional, facilitando a fixação de população;
- > Incentivo ao arrendamento jovem como forma de atracção de mão de obra;
- > Programas nacionais de apoio à Educação e Formação ao longo da vida para adultos;
- > Terrenos disponíveis para atrair empresas inovadoras no âmbito da economia social;
- > Sociedade organizada com base nas capacidades funcionais e não na idade cronológica;
- > Investigação para produzir conhecimento sobre a promoção do envelhecimento saudável;

- > Aumento do voluntariado e do papel das ONGs;
- > Intensificação crescente das TICs no apoio a idosos;
- > Existência de parcerias formais e informais entre o sector público e a sociedade civil (incluindo famílias);
- > Aposta e qualidade das equipas multidisciplinares;
- > Desenvolvimento de ações de formação, no quadro da aprendizagem ao longo da vida, para os trabalhadores do sector social;
- > Promoção de atividades não económicas que possibilitem o envelhecimento ativo.

2.4.4 AMEAÇAS

- > Decréscimo e envelhecimento da população;
- > Falta de diversidade social e etária de habitantes, por unidade territorial, face às eventuais dinâmicas com potencial de crescimento;
- > Decréscimo acentuado do emprego ao nível dos setor primário, comparativamente com outros setores de atividade;
- > Perda da atividade agrícola decorrente do despovoamento/envelhecimento populacional, com reflexo no aumento dos incêndios;
- > Dificuldade de substituição de gerações em idade ativa, em particular na região em estudo;
- > Noção de menores condições de vida nas áreas rurais por via da diminuição do acesso a serviços e infraestruturas fundamentais (ex: cultura, lazer, educação, saúde, redes digitais);
- > Dificuldade de substituição de gerações em idade ativa, em particular nas zonas rurais;
- > Degradação de património natural e paisagístico;
- > Persistência da concentração de população nas sedes de concelho;
- > Atracção populacional e económica de Évora, dada a sua condição de capital do distrito;
- > Aumento da tendência crescente de estreitamento da base e alargamento do topo da pirâmide etária.

- > Diminuição de fundos para apoio a projectos de inclusão social;
- > Legislação restritiva sobre contratação de pessoal;
- > Vantagens de localização para empresas oferecidas por alguns municípios;
- > Conjuntura económico-social desfavorável;
- > Política de Imigração pouco favorável à integração de estrangeiros;
- > Necessidade de aumentar os Incentivos fiscais ou à criação de emprego;
- > Falta de medidas nacionais de incentivo ao desenvolvimento do associativismo;
- > Fracos apoios à fixação de empresas no interior;
- > Atração de população ativa local pelo litoral e grandes centros urbanos;
- > Falta de incentivos nacionais para a fixação no concelho de médicos e enfermeiros com reflexos nas necessidades das entidades da economia social;
- > Rápidas mudanças demográficas (elevada pressão da procura pode diminuir a qualidade dos serviços);
- > Crise económica e debilitação dos apoios sociais;
- > Desvalorização sociocultural dos seniores;
- > Fosso digital etário agravado pela iliteracia dos idosos;
- > Burocracia em excesso no acesso à utilização dos equipamentos sociais;
- > Falta de formação para os "cuidadores";
- > Falta de atividades do sector social para pessoas mais qualificadas;
- > Tendência progressiva para diminuição dos fundos comunitários.

2.5 SITUAÇÃO DO SETOR E NO TERRITÓRIO MONTE ACE NO CONTEXTO REGIONAL E NACIONAL

Em Portugal, a evolução demográfica caracterizou-se pelo aumento gradual dos grupos etários mais velhos e uma redução do peso da população jovem. Esta situação não mostra tendência para se inverter o que se traduz num envelhecimento da população e consequentemente um grande peso em termos sociais num futuro próximo. Perante esta situação irreversível, é necessário que se definam políticas sociais e de saúde que ajudem a resolver este problema que trará profundas alterações nas estruturas familiares do nosso país.

De acordo com recomendação da Comunidade Europeia, as políticas a desenvolver, para responder ao envelhecimento da população, deverão ter em conta:

- > A renovação demográfica;
- > O emprego;
- > A produtividade;
- > O dinamismo produtivo da Europa;
- > O acolhimento e integração efetiva de imigrantes;
- > As finanças públicas sustentáveis.

Em face disto, os Estados Membros deverão definir as suas políticas para atingir as suas prioridades e objetivos, tendo em conta a evolução da população e todos os fenómenos que lhe estão associados, relacionados como envelhecimento populacional.

Pretende-se que os cidadãos idosos possam beneficiar de uma vida mais ativa (cidadania ativa), saudável e participativa, representando desafios sérios às sociedades e economias, para atingirem esses objetivos. Esta tarefa torna-se tanto mais difícil, se considerarmos a heterogeneidade do envelhecimento, na medida em que os cidadãos são portadores de vivências e projetos de vida diferentes e em contextos sociais, humanos e físicos diferentes.

É difícil encontrar as soluções mais adequadas para dar as melhores respostas aos diferentes contextos, que estão na base do envelhecimento populacional. Assim, é preciso adequar o tipo de respostas a dar aos idosos de acordo com a diversidade de necessidades, equacionando nomeadamente o papel das famílias, da comunidade e dos poderes locais, regionais e nacionais.

Não é fácil encontrar soluções comuns para tratar idosos que tiveram projetos de vida em contextos diferentes (físicos, humanos e sociais) ao longo da vida.

No caso concreto da área de estudo, que corresponde a território de baixa densidade, com população que foi envelhecendo gradualmente, cujo passado em termos profissionais esteve relacionado com a atividade agrícola. São idosos que tiveram baixos salários e consequentemente baixas reformas, torna-se ainda mais difícil encontrar soluções sociais que satisfaçam com a dignidade que os idosos merecem.

As entidades da economia social que dão apoio à crescente população idosa a necessitar de apoios sociais, são as Misericórdias e/ou Associações com estatuto de IPSS. Estas instituições vão encontrando diferentes formas de trabalhar o melhor possível, com dificuldades pelo facto dos apoios estatais serem muito baixos.

3.

ANÁLISE RETROSPETIVA

O historial do desenvolvimento alentejano demonstra que, além do abandono a que sempre esteve vetado, manifesta grandes constrangimentos a todos os níveis e claramente também a Área Social.

Os constrangimentos existentes resultam do modelo de desenvolvimento territorial de Portugal, e da política de desenvolvimento traçado pelo Estado Novo e que contribuiu desde sempre para um excessivo desenvolvimento de litoral, relativamente ao interior do país. Mesmo no litoral existem diferenças substanciais no que se refere ao desenvolvimento, distinguindo-se Lisboa e Porto relativamente aos outros centros urbanos.

A região em estudo sofre de problemas antigos, aos quais não foi dada a devida atenção e muito menos resolução, tais como:

- > A demografia, problema que teve início na década de 60, que se tem acentuado e precisa ser minorado;
- > A coesão territorial é necessária e também é muito importante minorar a estratificação social;
- > Competição entre "vários alentejos" que em vez de cooperarem, entram em competição, o que em nada contribui para o seu desenvolvimento;
- > A questão da água, constitui um velho problema, que foi minorado com a construção da barragem de Alqueva, mas não resolveu o problema;
- > A competitividade e inovação são muito importantes, embora tenham melhorado, precisa ser consolidado e preparado para o novo modelo produtivo;
- > As qualificações escolares e profissionais, apesar dos progressos nas classes etárias mais jovens, existem grandes constrangimentos ao nível da população ativa e da formação de jovens técnicos.

Se tivesse havido interesse do Estado Português, quer no Estado Novo, quer no Portugal Democrático (melhorou pouco relativamente ao que era espectável) pelo desenvolvimento dos projetos estruturantes previstos desde os anos 60 e nunca concretizados, os constrangimentos existentes não existiriam e o desenvolvimento da região seria diferente para melhor em relação à situação com que nos deparamos hoje.

O Alentejo Central, sofreu dos mesmos problemas estruturais e embora a região com melhores indicadores, como resultado do esforço feito pelo poder local, regional e central e por organismos públicos e privados, ainda muito há para fazer.

No caso da área de influência do ACE Monte, relativamente ao Setor Social verificamos que existem vários tipos de atores (públicos e privados) que muitas vezes cruzam as suas áreas de atuação, dificultando as intervenções. Assim, nas diferentes áreas de intervenção, ação social, segurança, saúde e emprego, existem desarticulações que nem as Redes Sociais conseguem resolver, existem serviços que funcionam separadamente, ao passo que, se houvesse articulação, podiam-se rentabilizar recursos.

É fundamental que se trabalhe em equipa, em que dirigentes, técnicos, voluntários e políticos trabalhem em verdadeira parceria, que certamente daria origem a uma maior proximidade das populações tendo em vistas a resolução dos seus verdadeiros problemas. Além de que, se existisse de uma entidade única que coordenasse toda a intervenção na Área Social certamente daria uma melhor resposta à resolução dos problemas e poderia inovar e evitar os atropelos e quase mesmo competição entre serviços e aproveitar o trabalho de voluntariado.

No que se refere às Redes Sociais, que são no fundo o local onde se reúnem todos os atores que atuam no campo do apoio social, é necessário que:

- > Os atores sejam mais pró-ativos e colaboradores;
- > Redução das faltas e permanência dos mesmos membros;
- > Permuta dos casos de sucesso na resolução dos problemas;
- > Acompanhamento pelos membros e avaliação do tipo de intervenções efetuadas;
- > Reforço de competências dos atores da ação social;
- > Necessidade de trabalho de equipa facilita a resolução dos problemas e necessidades;
- > Tratamento de dados, embora confidencial, deve facilitar o trabalho;
- > Permuta dos casos de sucesso inter-concelhios;
- > Manter dados atualizados.

É de referir ainda que a intervenção na Área Social, apesar de só agora existir descentralização (extremamente discutível) para os municípios, são estes que desde sempre têm resolvido as

situações dos grupos mais vulneráveis, embora não tenha nunca existido qualquer articulação entre o Governo Central e as autarquias.

Neste momento, apesar dos constrangimentos orçamentais e outros de natureza administrativa a Área Social passou a enquadrar o desempenho das atribuições de competências dos Municípios. Resta saber se existe pacote financeiro adequado, porque este tipo de descentralizações tem implicações nas dinâmicas de realização de investimentos em domínios estruturantes de infraestruturas, equipamentos e de investimentos inovadores que vinham norteando a abertura das políticas públicas locais, tendo em vista a áreas de dinamização económico-empresarial, fundamentais para o crescimento económico e desenvolvimento da região.

É expectável que mais uma vez que o Poder Central, regional e as Autarquias Locais desempenhem o papel que devem desempenhar. Isto é, remarem no sentido de encontrar as melhores soluções para dar as respostas sociais para os seus municípios e em particular para os grupos mais vulneráveis.

4. ANÁLISE PROSPETIVA

4.1 PREVISIBILIDADE DE CRESCIMENTO

No território do ACE Monte, no qual foram identificadas situações negativas e/ou oportunidades na Área Social. É com base nisto que surgem as pistas e os melhores rumos a seguir para darem resposta aos problemas identificados, apontando caminhos a seguir no futuro.

Pelo facto de terem ocorrido rápidas alterações demográficas na região e conseqüentemente grande transformação na estrutura etária ao longo das últimas décadas, é necessário encontrarem-se soluções que resolvam os problemas de solidão e isolamento da população idosa. Esta situação obrigará a repensar o trabalho praticado pelas entidades da economia social que operam na região e os serviços desconcentrados do Estado não podem ficar indiferentes à situação, contribuindo, quer em termos técnicos, quer em termos económicos.

A questão do isolamento torna-se ainda mais grave se considerarmos que a estrutura familiar tradicional se alterou completamente, a partir do momento que a mulher, e bem, passou a desempenhar um papel completamente diferente na sociedade no que se refere ao trabalho. Assim, é previsível que o papel de apoio do agregado familiar no apoio aos idosos, venha a ser cada vez mais substituído por serviços de apoio públicos ou privados.

É necessário atribuir às entidades cuidadoras da população idosa, que passará certamente por novas formas de financiamento e tornando-as menos dependentes do Estado. No entanto, não podemos esquecer que a população idosa é bastante vulnerável e a que apresenta maior risco de pobreza, pelo que este aspeto não pode ser descurado e como tal as instituições não podem funcionar viradas para lógica de mercado, mas sim numa lógica de funcionamento não lucrativo.

As entidades prestadoras dos serviços de apoio aos idosos, têm potencialidades fortes de criação de emprego, dado que existem listas de espera de procura não satisfeitas. Assim, parece-nos que poderá ser uma forma de combater o desemprego nesta situação de crise e/ou o recurso à imigração como forma de ultrapassar as lacunas de falta de pessoal.

Um dos problemas com que as instituições se debatem é também os recursos humanos qualificados o que provoca muita rotatividade, porque o serviço não é muito atrativo, não só na atividade profissional, mas também em termos económicos. Esta situação obrigará também a mudanças no tipo de carreiras destes profissionais, bem como na aposta de futuras especialidades direcionadas para este tipo de serviços.

Como forma de minimizar custos de funcionamento dos serviços, é conveniente encontrar soluções de articulação dos serviços de apoio social e os serviços desconcentrados respon-

sáveis da Área Social para evitar sobreposição de serviços/ou lacunas, no tipo de atividades a desenvolver.

Faz sentido reforçar as parcerias entre entidades da economia social e/ou organismos públicos, privados e de investigação/formação tendo em vista permuta de conhecimento e experiências de forma a levar as entidades a inovar no serviço nomeadamente no que respeita à prestação, financiamento, gestão e qualificação do pessoal.

O envelhecimento ativo pode ser promovido através da introdução de novas formas de voluntariado mais qualificado contribuindo para melhorar a qualidade dos serviços, dos menos aos mais especializados para colmatar a falta de recursos humanos.

A participação da população idosa no mercado de trabalho é muito importante para a promoção do envelhecimento ativo, além de contribuir para a redução da pobreza que afeta os idosos desempregados/pensionistas e melhora a sustentabilidade dos sistemas de pensões.

Existem no âmbito da economia social muitas oportunidades de negócio em que se articulam o turismo sénior e a saúde que não só ocupam os idosos, ao mesmo tempo que contribuem para o envelhecimento ativo, combate o isolamento e contribuem para o aumento dos empreendedores na área social.

Podem desenvolver-se atividades geradoras de emprego e criação de empresas a montante e a jusante das entidades da economia social de fornecimentos de serviços dos mais variados tipos.

Consideramos que existem na região uma série de estabelecimentos de ensino dos mais variados quadrantes (ciências da saúde, escolas de enfermagem), que poderão desenvolver pequenas e/ou microempresas na vertente social, fixando pessoas qualificadas com capacidade para criar serviços inovadores e especializados. Além disto, contribuem ainda para melhorar e apoiar as entidades prestadoras de serviços à população idosa e para o crescimento e desenvolvimento da região.

Por último, apresentamos alguns dos desafios da economia social e solidária:

As alterações legislativas mais recentes relacionadas quer com a descentralização da administração pública (nomeadamente para as autarquias locais), quer com o estatuto das IPSS, necessitam ainda de mais desenvolvimentos para que possam ser retiradas as devidas conclusões sobre os impactos e novas metodologias de atuação que daí poderão ocorrer.

Prevêem-se mudanças significativas do modelo português no fornecimento de bens e serviços sociais e apesar de não se ter uma perceção clara do alcance destas transformações, a economia social e solidária deverá procurar demonstrar uma capacidade de ação conjunta,

pois só assim será possível obter um nível de representação e expressão pública que legitime e reforce o seu reconhecimento na negociação das políticas públicas.

AUTOFINANCIAMENTO DA ATIVIDADE

Esta é uma forte preocupação de grande parte das organizações da economia social e solidária. Muito mais num contexto de sucessivas crises, com fortes alterações dos modelos de financiamento existentes e de contextos externos bastante agressivos (ex. pandemia provocada pelo Covid 19; aumento dos preços).

Tem existido uma reivindicação dos atores da economia social e solidária, no sentido de ser possível a uma IPSS fornecer bens e serviços ao mercado, como forma de financiamento da sua atividade não lucrativa. Colocar-se-á sempre a questão de se estar a incentivar a substituição dum problema de instrumentalização e dependência, por outro que leve ao perigo de perda identitária, por entrar no mercado e ter que cumprir regras de concorrência. Teremos sempre este dilema, que faça o equilíbrio entre a autonomia financeiro, mas que esteja garantido o foco e identidade deste tipo de organizações.

CONCORRÊNCIA NO FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS

Reconhecendo que Estado procura cada vez a diminuição de custos, estabelece orientações às IPSS no sentido do equilíbrio financeiro, procurando garantir um maior nível de autofinanciamento.

Para atingir este objetivo, o Estado tende a introduzir um regime de mercado concorrencial no acesso ao fornecimento deste tipo de bens e serviços, aberto quer às organizações do terceiro setor, quer às empresas com fins lucrativos (à semelhança do que se verifica na área da saúde). Esta modalidade poderá colocar em causa muitas das instituições deste setor.

Também, a nível europeu, existe uma forte pressão para se articular a noção de empresa social com economia social. Chegou mesmo a ser ponderado que no entendimento de empresa social estariam enquadradas todas as organizações pertencentes à economia social e solidária. Este entendimento poderá pressionar ainda mais este importante setor.

Pensamos que, com esforço e empenho de todos os que acreditam no futuro desta região, é possível continuar a desenvolver o Alentejo Central, garantindo o futuro desta parcela integrante do Alentejo que se quer desenvolvida de forma sustentada e sustentável, e onde se possa viver com uma boa qualidade de vida e os seus habitantes com um bom nível de vida.

5. AGILIDADE NA ADAPTAÇÃO FRENTE AS POSSÍVEIS MUDANÇAS

Vivemos uma era em que tudo muda numa velocidade muito grande. Os avanços tecnológicos ajudam os consumidores, mas apresentam novos desafios às instituições/empresas. Portanto, aquelas que conseguem identificar as tendências com mais antecedência saem na frente na oferta das novidades aos clientes e ganham um diferencial enorme.

Também na área social se pode afirmar que acontece o mesmo. Embora a finalidade da maioria das instituições que desenvolvem as suas atividades neste setor não seja o lucro económico, é-lhes exigida que tenham a capacidade de se adaptar às mudanças verificadas na sociedade, não apenas para ganharem uma vantagem competitiva face às demais, mas sim para poderem satisfazer as reais necessidades das populações.

Neste âmbito, é fundamental que os seus responsáveis estejam atentos às novas tendências da sociedade/mercado, de modo a poderem adaptar as suas atividades, e contribuir dessa forma para uma melhoria significativa da qualidade dos serviços prestados, e consequentemente da qualidade de vida e bem-estar dos seus utentes.

Com o objetivo de se identificarem as diversas temáticas que irão ser representativas das mudanças que se pretendem implementar na região do Alentejo (e consequentemente no território em estudo), socorremo-nos da *Estratégia Regional de Especialização Inteligente – Alentejo 2030*, sendo este o documento base que define as principais diretrizes de desenvolvimento da região, pretendendo ser uma linha orientadora para as mudanças estruturais que se pretendem operar na região, e que têm como grandes objetivos estruturais incentivar a sustentabilidade e coesão do Alentejo, reforçar o valor das cadeias produtivas da região, e incentivar a qualificação dos recursos humanos.

Embora se possa pensar que o objetivo macro referente Área Social, seja aquele que mais importa à análise aqui realizada, a verdade é que a perceção atenta dos diversos objetivos estruturais, pode ser um importante indicador para a previsão futura de novas oportunidades ao nível do emprego e do empreendedorismo social, que poderão surgir nesta região com a concretização efetiva desses investimentos.

De facto, com base nas estratégias definidas neste documento para a região, pretende-se para os próximos períodos reforçar a oferta de formação avançada para os recursos humanos da região, assim como a promoção e captação de talentos através da criação e reforço dos ecossistemas inovadores presentes a nível regional, sendo dessa forma expetável que nos próximos anos se assista a uma crescente oferta de formação, com o objetivo de melhorar os indicadores de qualificação dos recursos humanos presentes na região, e preten-

dendo-se dessa forma responder a um dos problemas demográficos verificados ao longo do tempo, que se prende com a reduzida capacidade em fixar os recursos humanos com maiores qualificações.

Na medida dos objetivos estratégicos delineados pela EREI 2030, pretende-se para os próximos anos, que a região do Alentejo aproveite o foco e o processo acelerado de transformação verificado em todo o mundo, que assenta numa crescente tendência para a digitalização da economia e para a sua circularidade. Nesse sentido, a região Alentejo definiu que para os próximos períodos, estas duas áreas serão consideradas como domínios transversais e que procurarão nortear os projetos de investimento a concretizar na região, valorizando os projetos candidatados que contribuam para essa realidade no território.

No que se refere à digitalização da economia, pretende-se aproveitar o potencial verificado com a transformação digital, de forma a se beneficiar de processos mais eficientes e eficazes, mas também da possibilidade que o mesmo permite em se conceberem novos produtos e serviços, que potenciem os produtos e recursos da região, aproveitando a sua esperada valorização. Devendo-se referir, que no anterior quadro financeiro plurianual foram concretizados investimentos em infraestruturas no domínio deste tema, é também verdade que a dinâmica da digitalização está associada a uma transformação e crescimento constante, que exige dos órgãos decisores uma permanente atualização dos seus recursos de forma a se aproveitar os seus benefícios para a região.

Analisando o domínio referente à circularidade da economia, percebe-se que se pretende para os próximos anos, adotar uma visão mais especializada para os domínios do desenvolvimento económico e social, numa perspetiva em que a utilização dos recursos disponíveis seja realizada numa lógica de desmaterialização, recuperação e reutilização dos materiais, aproveitando de forma mais eficiente o valor económico dos materiais utilizados. Nesse sentido, percebe-se que os investimentos futuramente a concretizar, deverão atribuir maior relevância a processos em que o modelo de negócio seja mais sustentável, de forma a se aproveitarem num formato mais eficiente os recursos disponíveis, e simultaneamente reduzir o impacto que essa utilização poderá provocar na economia e na qualidade de vida das populações. Não sendo o conceito de circularidade da economia um objetivo concreto por si só, torna-se expetável que a sua crescente importância possa influenciar as mudanças estruturais que se pretendem desenvolver nos próximos anos, e dessa forma influenciar diversos setores característicos da região, que deverão adaptar as suas atividades a este desafio que se impõe.

Importa ainda realçar alguns dos domínios de especialização definidos para a região, com o objetivo de se identificarem as áreas em foco na economia regional, sobre os quais os fundos europeus estruturais e de investimento do próximo período de programação deverão tendencialmente incidir. A relevância da análise aos domínios específicos definidos, revela-se também fundamental, pelo facto de que estes se constituem como condição de elegibilidade dos projetos candidatados aos fundos previstos, sendo essencial o seu contributo para o alcançar dos objetivos propostos. Nessa medida, poder-se-á prever, que a estratégia adotada para estes domínios, influenciará as decisões e mudanças estruturais a realizar no território em análise.

Tendo em consideração as opções estratégicas definidas na EREI 2030, mais especificamente referindo-se aos objetivos estratégicos e domínios transversais, as áreas chave correspondentes aos domínios de especialização, serão os setores temáticos onde efetivamente serão aplicadas as tendências de mudanças estruturais, que se pretendem desenvolver durante os próximos períodos na região Alentejo.

O domínio da transição energética, adotando processos e técnicas de produção mais sustentáveis, assim como ao racional de utilização da energia, num formato que se pretende mais eficiente, assume hoje em dia destaque em todas as áreas. De facto, na medida de serem estratégias que pretendam promover a sustentabilidade ambiental, revelam-se ser mais um passo fundamental para o objetivo da descarbonização da economia, tendo em vista o atingir de metas ambientais definidas. Para o concretizar destes objetivos de âmbito estratégico nacional, a região irá impulsionar processos que garantam melhores níveis de eficiência energética, através do apoio a investimentos de implementação de sistemas de produção de gases renováveis, de projetos que tenham como objetivo o estímulo à produção de energias renováveis, e a descarbonização das diversas cadeias produtivas.

O objetivo, também resultante da necessidade de se proceder a uma transição energética, que promova maiores níveis de mobilidade sustentável e a complementaridade do domínio específico de energia sustentável, provoca igualmente a necessidade de se implementarem modificações estruturais na forma como se desenvolvem outras atividades económicas desenvolvidas na região. Destacam-se por exemplo os investimentos em meios de transporte baseados em fontes de energias renováveis, em detrimento da utilização de combustíveis fósseis.

Neste sentido, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), criado no âmbito do Regulamento (EU) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro, que criou o Meca-

nismo de Recuperação e Resiliência (MRR), permitiu-se que cada Estado-Membro planeasse um conjunto de reformas e de investimentos emergentes para atenuar o impacto económico da crise provocada pela doença COVID-19.

Neste contexto, com a publicação do Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio, foi estabelecido o modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do seu Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A coerência global do Plano começou por ser assegurada ao nível de cada uma das suas dimensões estruturantes, designadamente, Resiliência, Transição Climática e Transição Digital, as quais incluem um conjunto articulado e complementar de reformas e investimentos, nos quais as dimensões ambientais serão incorporadas, através da promoção de elevados padrões de eficiência energética nas novas construções.

De entre as dimensões estruturantes do PRR destaca-se a Resiliência cujo reforço económico, social e territorial do país assume particular relevância.

No âmbito da dimensão da Resiliência salienta-se a Componente 03 – Respostas Sociais, no seu investimento RE-C03-i01 – Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, a medida de requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais que tem como objetivo modernizar e alargar a rede de serviços de apoio social, a fim de criar métodos mais eficientes de prestação dos serviços, obter uma maior cobertura territorial a nível nacional e melhorar as condições de trabalho dos profissionais nestas estruturas e a qualidade dos cuidados prestados aos utentes. Esta medida contempla a expansão da rede de respostas sociais com novas tipologias, como a coabitância. Nesta perspetiva, destaca-se que o atual PRR já vai no sentido de dar resposta às necessidades existentes para o setor social. A nova perspetiva de fundos irá reforçar esta tendência, cumprindo o desígnio de uma Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais do PRR, com o objetivo da requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais e inovadoras.

No âmbito de uma maior relevância de carisma social, surge também o domínio de especialização relativo à Inovação Social e Cidadania, que abrange uma multiplicidade de áreas relacionadas com o desenvolvimento social, pretendendo-se estimular o nível de bem-estar das populações, e prevenindo aspetos como as desigualdades verificadas nos domínios da exclusão social e da justiça. Desta forma, no domínio social, pretende-se a dinamização da conceção de projetos, que solucionem problemas e fragilidades que afetem a sociedade no seu todo, abrangendo diversas áreas como a saúde, justiça, educação, habitação, espaços

públicos, entre outras. Neste aspeto, destacam-se as soluções previstas para implementação na área da empregabilidade, com a preponderância na conceção de projetos que promovam respostas às relações que se estabelecem entre o desemprego e a precariedade, à prevenção das exclusões sociais que resultam dos processos de automação e digitalização da economia, e o estudo das vantagens do trabalho à distância, que podem impulsionar oportunidades atraentes para a região. Importa destacar no âmbito das linhas de ação específicas definidas, a promoção da empregabilidade dos grupos designados de risco e o empreendedorismo juvenil, através do apoio a projetos de inovação que respondam a situações de precariedade, com base em redes colaborativas e monitorização de experiências. Sendo o envelhecimento um dos aspetos característicos da região, torna-se igualmente fundamental, procurar conceber soluções inovadoras que promovam as áreas da prestação de cuidados de saúde e a prevenção do envelhecimento.

Neste sentido, e analisando-se as possíveis mudanças que irão ocorrer nos próximos anos no território, exige-se aos atores das áreas sociais que tenham a capacidade e competências de se adaptarem, de forma rápida e eficaz, aos novos contextos, sejam eles de carácter económico, ambiental ou social. Para tal, perspetiva-se a necessidade de se repensar a organização e realização das atividades agora desenvolvidas, criando-se serviços inovadores e diferenciadores, apoiados por equipas especializadas (sendo importante reforçar a formação dos recursos humanos locais), de forma a responder às atuais e novas necessidades da população (destacando-se a melhoria dos índices de qualidade de vida, das doenças associadas ao envelhecimento, e dos problemas sociais – inclusão, pobreza, violência doméstica, entre outros). Se podemos afirmar que atualmente existe uma falta de resposta a estes níveis, prevê-se que com a constatação destas mudanças, as respostas sejam ainda mais deficitárias, sendo de carácter urgente melhorar esta realidade.

Segundo os autores Gorgi Krlev, Giulio Pasi, Dominika Wruk, Marika Bernhard ao artigo "Re-conceptualizing the Social Economy". © Stanford Social Innovation Review 2021:

«A economia social é cada vez mais vista como um método universal de ação inovadora que visa procurar soluções para os problemas sociais através de abordagens não convencionais.

Tem vindo a afirmar-se continuamente no desenvolvimento e difusão de novos modelos organizacionais e a emergir como uma forma alternativa de se pensar e reorganizar a economia e a sociedade. A economia social está no mapa-mundo e conta agora com novos apoios institucionais de que são exemplo a Comissão Europeia, a OCDE ou o Fórum Económico Mundial, entre vários outros. O seu papel enquanto parte de um ecossistema, a sua ação

enquanto agente de mudança e as parcerias que está a desenvolver com decisores políticos e líderes do sector com fins lucrativos são explorados neste artigo por um conjunto de especialistas na área.

Na Europa, a economia social tem sido tradicionalmente vista como uma forma de abordar falhas do mercado ou do Estado, de que são exemplo a exclusão financeira de pessoas que vivem na pobreza ou a ausência de respostas adequadas para os sem-abrigo. E, na prática, durante um longo período de tempo, esta "pré" economia social assentou somente na existência de organizações de assistência social, de cooperativas, de sociedades de ajuda mútua, de associações cívicas, entre outras entidades similares. Este tipo de organizações continua a desempenhar um papel importante na prestação de serviços sociais, defendendo os grupos mais vulneráveis da sociedade e contribuindo para a coesão social e para a solidariedade.

No entanto e nas últimas duas décadas (e mais ainda de há 10 anos a esta parte), o desenvolvimento e a difusão de novas formas e modelos organizacionais alargaram o conceito e as ações de economia social. Em particular, começou a ser reconhecido o seu papel na promoção de uma transformação "verde" e social que tem as premissas da inclusão, equidade e responsabilidade nos seus princípios fundamentais, os quais devem ser igualmente abraçados para se alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas. Neste processo, a economia social deixou de ser o parente pobre do mercado e do Estado e, em vez disso, está a emergir como uma forma alternativa de pensar e organizar a economia e até mesmo a própria sociedade.

De forma não surpreendente, a economia social assenta em duas componentes principais: na comunidade que, e segundo o professor da Universidade de Chicago Raghuram Rajan, foi demasiadas vezes deixada para trás pelos mercados e pelo Estado; e na solidariedade, que e nas palavras dos professores do European University Institute, Philipp Genschel e Anton Hemerijck, consiste na "expectativa normativa de apoio mútuo entre os membros de grandes grupos anónimos (a classe, o partido, a nação)... que devem partilhar os riscos e os fardos uns dos outros para assegurar os objetivos e a coesão do grupo como um todo".

Esta alteração da economia social pode ser vista em toda a sociedade, mas particularmente no sistema económico global, o qual se encontra numa busca desesperada para se reinventar e abraçar o propósito como a sua força motriz. Atualmente, por exemplo, as pessoas veem o empreendedorismo social menos como uma forma organizacional particular e mais como um método universal de ação inovadora que visa procurar soluções para os problemas sociais através de abordagens não convencionais. Esta metamorfose pode ser igualmente

observada nas mudanças céleres e "pró-sociais" dos modelos empresariais que ocorreram em resposta aos desafios provocados pela Covid-19 e na emergência do que alguns chamam de "cooperativismo de plataforma", que procura combinar elementos de ação baseados em valores, inovação "aberta" e digitalização como forma de dar origem a formas pioneiras de conduzir os negócios.

OS APOIOS INSTITUCIONAIS PARA A ECONOMIA SOCIAL

São várias as instituições europeias que estão a promover este conceito alargado da economia social. O Programa da UE para o Emprego e Inovação Social (EaSI) da Comissão Europeia tem tido uma dupla missão, centrada nas questões do emprego (o que se poderá considerar como a "velha maneira" de se pensar sobre este tipo de economia), mas também no apoio ao empreendedorismo e à inovação social, em conjunto com o financiamento para o impacto (refletindo esta nova "compreensão" do seu conceito). Esta abordagem será ainda mais reforçada quando o programa se tornar uma parte central da versão atualizada do Fundo Social Europeu para o emprego (FSE+).

Além disso, a Comissão Europeia anunciou recentemente a visão de "Uma Europa Social Forte para Transições Justas" num plano de ação para a economia social, a fim de reforçar o investimento e a inovação social e impulsionar o potencial das empresas sociais para a criação de emprego, incluindo para as pessoas que mais afastadas estão do mercado de trabalho. Espera-se que esta iniciativa política emblemática seja adotada no quarto trimestre de 2021, ou seja, muito brevemente.

Por seu turno, a Comissão Europeia não está sozinha na tentativa de reforçar a economia social, com a mesma tendência a disseminar-se um pouco por todo o mundo. Em 2020, a OCDE lançou a Ação Global "Promover Ecossistemas de Economia Social e Solidária", um projeto que incluirá mais de 30 países e terá uma duração de três anos. Também o Fórum Económico Mundial iniciou recentemente uma "Aliança de Resposta à COVID para Empreendedores Sociais", a qual tem como objetivo acelerar a "colaboração inovadora" entre fundações, empresas e o sector social, numa tentativa de quebrar barreiras que mantêm os atores destes diferentes pilares desligados uns dos outros. E, por fim, o proposto Green New Deal nos Estados Unidos tem como propósito estimular uma transição para um sistema comercialmente viável de abastecimento a partir de fontes de energia renováveis, que as organizações que integram o movimento social há muito provaram não ser apenas uma utopia desejável, mas uma realidade com resultados positivos.

Para explorar estas tendências, os autores deste artigo (v. Nota) promoveram a denominada "Social Economy Science Conference", que se realizou em Novembro de 2020 para discutir a economia social na Europa. A conferência atraiu mais de 800 participantes a trabalhar no terreno, bem como políticos e académicos, servindo como um fórum para debater formas atuais e futuras para transformar a sociedade e a economia. O tema foi analisado pelos promotores do evento a partir de três perspetivas por excelência: a economia social enquanto parte de um ecossistema, como um agente de mudança e como parceira por excelência dos decisores políticos e do sector com fins lucrativos. Cada uma destas perspetivas é explorada seguidamente.

A ECONOMIA SOCIAL COMO UM ECOSISTEMA

Nos últimos anos, o pensamento sistémico tem crescido em popularidade como forma de as organizações criarem mudanças sociais, apesar de as tentativas para o aplicar ficarem muitas vezes aquém do desejado.

O pensamento sistémico é mais eficaz quando as pessoas adotam uma perspectiva mais ampla e ambiciosa, ao mesmo tempo que utilizam o conhecimento contextual e tentam puxar as "grandes alavancas" da mudança social. Este tipo de pensamento pode ser melhorado através da análise da relação entre a economia social e as tendências sociais mais amplas, tais como a digitalização, a adoção pelos mercados financeiros de métricas de impacto social ou os novos processos de mobilização dos cidadãos, de que é exemplo o crowdsourcing.

Enquanto a inovação dos modelos empresariais está a ter lugar, muitas das ferramentas disponíveis para criar sistemas de mudança – de que é exemplo o Social Business Model Canvas da Comissão Europeia – representam apenas meras derivações do mundo empresarial, não abraçando totalmente a mudança social. Ou seja, estes instrumentos que se concentram menos em organizações individuais e optam por uma visão mais alargada na resolução de problemas sociais, tal como o Social Economy Canvas da Comissão Europeia acima referido, estão a emergir, mas estão apenas disponíveis numa versão beta. O que torna o desafio ainda mais complexo em termos de implementação são as rápidas mudanças na tecnologia digital e a exacerbação dos problemas sociais, que aumentaram a velocidade necessária para que os atores da economia social consigam adaptar as suas estratégias.

Os dados abertos (open data), a digitalização e inteligência artificial oferecem ferramentas

poderosas para dominar estas adaptações, mas enquanto a tecnologia para o "bem social" está a crescer, muitos destes modelos referem-se a organizações que também criam valor para a sociedade. Todavia, os exemplos organizacionais onde a tecnologia social é aplicada explicitamente para uma resolução mais eficaz de problemas sociais são muito mais raros. O que pode melhorar a implementação da tecnologia para a criação de valor social são os esforços multi-stakeholder e em grande escala, capazes de iniciar processos abertos de inovação social.

Uma barreira persistente à adoção de uma abordagem sistémica dos problemas sociais reside na falta de recursos financeiros necessários para transferir, difundir e escalar essas soluções. Embora os mercados financeiros sustentáveis e sociais, de que é exemplo o investimento para o impacto, estejam a crescer, verifica-se com demasiada frequência uma falta de criação de valor conjunta e colaborativa entre os investidores de impacto e aqueles que beneficiam desse mesmo investimento. Uma das razões para esta falha são as ideias divergentes, ou subdesenvolvidas, de como medir e fazer o reporte do impacto social, que conduzem a um desajustamento entre as esperanças requeridas para contribuir para um mundo melhor através de uma revolução de impacto e os efeitos reais que são priorizados e alcançados.

A ECONOMIA SOCIAL COMO AGENTE DE MUDANÇA

Embora a utilização do pensamento sistémico seja uma forma importante de criar uma mudança duradoura e profundamente enraizada, é igualmente importante que a economia social desenvolva soluções indiretas para os problemas, que nem sempre são óbvias e, portanto, frequentemente ignoradas. A economia social não só cria melhorias necessárias à sociedade, como também pode funcionar como um farol para que outros a sigam – sejam eles atores empresariais ou decisores políticos que são levados a reavaliar e a rever as suas práticas estabelecidas.

As empresas sociais, por exemplo, promovem certos princípios de estrutura organizacional (como hierarquias planas e descentralização) e práticas organizacionais (como a tomada de decisões participativa), tornando-se assim um terreno fértil para testar soluções para a democratização do trabalho e da vida nas organizações. As empresas sociais funcionam também como um motor de inclusão, sendo vários os estudos recentes que mostram que pelo menos 50% dos empreendedores sociais são mulheres, demonstrando uma realidade com a qual outros sectores apenas sonham.

A economia social também criou processos de inovação colaborativos e ações conjuntas, orientadas por valores, que podem servir de modelo para outros. Veja-se, por exemplo, o movimento ascendente do Catalyst2030 que visa acelerar as transformações dos sistemas, utilizando o princípio orientador da auto-organização. Um ramo emergente de outras atividades concentra-se explicitamente no aproveitamento do conhecimento das instituições do ensino superior gerado através da investigação e dos próprios currículos para apoiar o desenvolvimento de capacidades, que se repercutem depois em outros sectores com vista a chegarem mais perto das metas que integram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O próximo Plano de Ação Europeu para a Economia Social está a posicionar o sector social como um farol que ajude outras entidades a se orientarem na recuperação pós-Covid. Alguns autores têm argumentado que a economia social é o domínio por excelência para se encontrar valores sociais, princípios éticos e práticas de solidariedade sobre os quais o mercado e o Estado devem ser construídos. Outros utilizaram o termo para defender uma mudança social nas nossas economias de mercado globais, para se orientarem mais fortemente pelo princípio da solidariedade. De facto, os relatos da ação da economia social durante a crise da Covid não só apontaram as deficiências nas decisões estratégicas tomadas pelo sector empresarial, ao mesmo tempo que constituíram um exemplo a seguir por este último.

Ao manterem o princípio da solidariedade em todas as suas actividades, as organizações de economia social são vistas como guardiãs do crescimento inclusivo, em oposição à agenda mais geral de "crescimento inteligente" nos países ocidentais. E são também motores de processos de inovação social nos países em desenvolvimento que permitem um desenvolvimento social e económico integrado, ancorado nas fortes ligações das organizações da economia social aos seus grupos-alvo.

A ECONOMIA SOCIAL E AS PARCERIAS

O pleno potencial da economia social só pode ser realizado se for possível criar parcerias entre as organizações que a praticam, empresas e organizações estatais. As parcerias são particularmente importantes para a integração de práticas inovadoras que visam impulsionar o processo de inovação social. Embora as organizações da economia social sejam frequentemente pioneiros no que respeita às inovações sociais, podem também beneficiar dos vastos recursos das empresas e da formulação de políticas e legitimidade política do Estado.

Iniciativas governamentais nacionais como a Le French Impact ou a Portugal Inovação Social estão a utilizar fundos públicos para estabelecer estas parcerias, na esperança de produzir melhores resultados. Os títulos de impacto social (TIS) têm uma função semelhante, embora em menor escala, oferecendo a promessa de promover formas mais arriscadas de inovar e estimular a experimentação na prestação de serviços sociais

Por outro lado, as plataformas digitais que envolvem um conjunto de atores variados não só mostram as melhores práticas na esperança de que outros as possam replicar, como também as disponibilizam a outros atores para uso conjunto e colaborativo, bem como para um maior desenvolvimento, oferecendo ainda uma forma mais rápida de amplificar as abordagens socialmente inovadoras face ao escalar do trabalho de uma única organização.»

Uma coisa é certa, mesmo em condições económicas desfavoráveis, as iniciativas e empreendimentos da economia social e solidária irrompem com uma enorme vitalidade: como seria a realidade destas iniciativas se elas tivessem o suporte dos imensos fundos públicos e fossem apoiadas por fortes políticas nacionais e comunitárias de desenvolvimento?

6. MELHOR ENTENDIMENTO DO MERCADO

A análise setorial é uma estratégia bastante completa e diversificada. Sendo assim, permite um entendimento melhor e mais aprofundado do mercado e ainda possibilita diferentes visões a respeito do setor e no território MONTE ACE. Diante disso, a compreensão do cenário geral torna-se mais abrangente e detalhada.

Nesta presente temática do estudo, pretendem-se apresentar alguns dados estatísticos que refletem a realidade e contexto verificado no território analisado, e que contribuem para uma análise mais aprofundada do setor social. Importa desde já referir, que por uma maior facilidade de obtenção de dados, assim como pela possibilidade de analisarmos uma maior dimensão de dados, iremos retratar estatisticamente o território do Alentejo central (e não apenas o do MONTE ACE), partindo do pressuposto que este assume as mesmas particularidades.

Desta forma, importa desde já retratar a dimensão populacional presente no território, de forma a se perceberem as características associadas ao seu modo de vida.

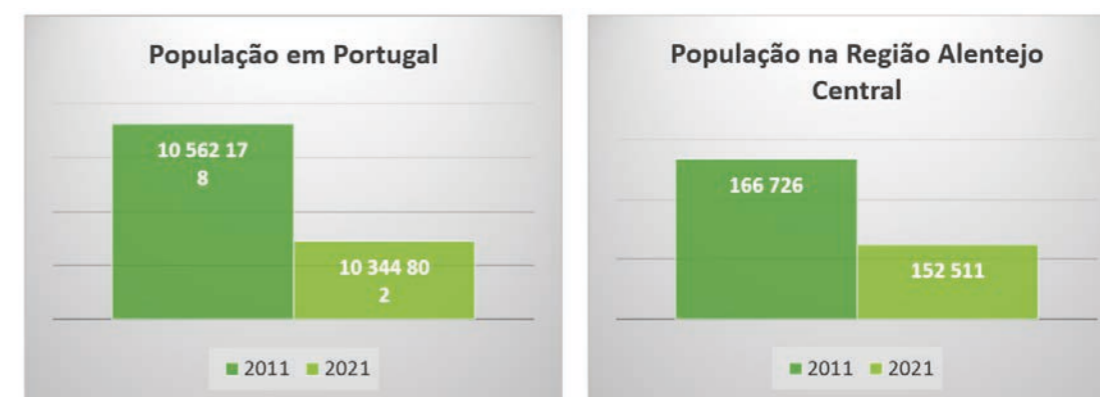


GRÁFICO 1 Dimensão da População Residente em Portugal e no Alentejo Central (fonte: INE)

Conforme é possível de se verificar no gráfico apresentado, encontra-se representado o contexto anteriormente já abordado, de diminuição do número de residentes no território do Alentejo Central, situação semelhante à verificada no contexto nacional.

Na verdade, não se pode apenas identificar um fator que tenha contribuído para este resultado, mas sim uma complexidade de situações e ocorrências, das quais não podemos deixar de destacar as opções de políticas públicas tomadas. Neste ponto do trabalho, mais impor-

tante do que identificar as origens, é interpretar as consequências para o modo de vida das populações. E dessa forma, pode-se afirmar que a diminuição da população neste território (-8,5% em 10 anos) fez com que a proporção da população ativa seja também ela menor, assim como a dimensão da população mais jovem, e os recursos humanos mais qualificados. Todas estas evoluções não são bons indicadores para um Alentejo que se quer mais sustentável, dinâmico e próspero.

Uma das características que mais tem contribuído para uma mudança sistemática e estruturante na sociedade, está relacionada com o envelhecimento da população, registando-se cada vez mais um aumento da proporção de pessoas com mais de 65 anos. Se por um lado esta é uma boa consequência da melhoria dos índices de conforto e de bem-estar das populações, a que os cuidados de saúde providenciados muitas responsabilidades têm, por outro, exigem da sociedade e dos órgãos decisores uma maior capacidade e competência, para satisfazer as necessidades específicas deste público-alvo.

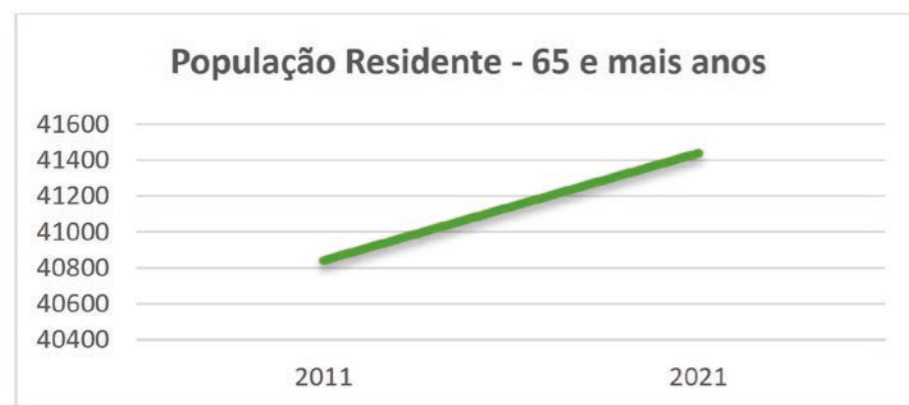


GRÁFICO 2 População Residente com 65 ou mais anos, no Alentejo Central (fonte: INE)

Sendo o Alentejo uma das regiões do país em que esta característica mais é visível, também a região concreta do Alentejo Central a demonstra. Desta forma, e numa sociedade em que a família muitas vezes já não se encontra a residir no mesmo local, tendencialmente começa a normalizar-se o facto das pessoas mais idosas estarem isoladas. Esta situação resulta numa maior necessidade de se encontrarem identificadas estas situações, para uma melhor prevenção de possíveis cuidados de saúde e de outra ordem virem a ser necessárias num futuro próprio, dado que estas populações irão começar a demonstrar uma maior dependência face às suas rotinas habituais, e nesse sentido a exigência de existirem estruturas de apoio, que rápida e eficazmente ajudem a solucionar.

As preocupações com a evolução demográfica estão hoje na agenda de trabalhos dos responsáveis de qualquer território de mundo. No território MONTE ACE não é exceção.

Já não são só os velhos países europeus que têm de se preocupar com a evolução das suas populações, enfrentando o seu crescente envelhecimento e procurando soluções para as suas consequências económicas e sociais. A clivagem clássica que opõe, por um lado, os países desenvolvidos, ricos e envelhecidos, e por outro, os países em desenvolvimento, pobres e jovens, torna-se cada vez menos pertinente. De facto, as diferenças entre os níveis de fecundidade e de mortalidade entre eles deram origem a uma dualidade de estruturas etárias perfeitamente distintas

Em Portugal podemos distinguir eixos de desenvolvimento diferenciados, facilmente identificáveis: o eixo Norte / Sul e o eixo Litoral / Interior, que dividem o país em zonas mais desenvolvidas, mais ricas e com maior dinamismo demográfico, e em zonas pobres, economicamente débeis e dependentes, com estruturas populacionais envelhecidas e emigração forte. É nesta situação que se encontra a Região Alentejo.

Na Região Alentejo apresenta uma situação demográfica de extrema fragilidade devido ao seu grau de envelhecimento e despovoamento que, nas últimas décadas, demonstraram uma tendência crescente.

Em 10 anos a região Alentejo registou o decréscimo populacional mais expressivo: menos 52.368 residentes em relação a 2011. Em termos práticos temos menos 6,9% de população. O despovoamento está a acelerar na região do Alentejo, segundo os resultados preliminares dos Censos 2021, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Na área da CIMAC, onde estão associados os 14 municípios do distrito de Évora, o concelho de Mora foi o que registou o maior decréscimo de população (17,1%), seguindo-se o Alandroal (-14,3%) e os três concelhos da zona dos mármoreis: Borba (-12,3%), Estremoz (-11,4%) e Vila Viçosa (11,2%).

Com menos perda de população, o concelho de Vendas Novas (-5,1%) lidera a lista, seguido dos concelhos de Évora (-5,4%), Viana do Alentejo (-7,3%), Reguengos de Monsaraz (-8,8%), Montemor-o-Novo (-9,4%), Arraiolos (-10,3%), Portel e Redondo (ambos com -10,6%) e Mourão (-11,6%).

Na região, também claramente evidente do território MONTE ACE, temos um duplo problema: perda populacional e envelhecimento populacional.

São necessárias políticas públicas que apostem definitivamente no interior, que assentem em investimentos estruturantes, emprego e melhoria de rendimentos. Inverter este processo é decisivo.

Tal como era referido na Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI 2020): «com estas características demográficas, a Economia Social desempenha um papel próprio e tendencialmente inovador na transição de um modelo de regulação social assente nas instâncias do Estado para um modelo entre parcerias e outras formas de associação e empresarial, envolvendo organizações e empresas onde o Estado assume apenas funções de coordenação.

A inovação social, entendida como uma nova forma de resposta das realidades territoriais regionais às necessidades sociais, orienta o enfoque para o desafio que resulta de encontrar soluções para as necessidades existentes e não para formas de inovação com origem por parte da indústria ou puramente da academia. Entende-se assim a inovação social como processos não lineares, com o objetivo de resolução de problemas, conduzindo a uma nova abordagem, a um novo produto ou a um novo serviço que atenda a necessidades de grupos sociais específicos, visando renovar mercados tradicionais ou procurar novos mercados. Esta inovação procura o produto e o serviço, o modo de organização, a distribuição, em diferentes áreas como por exemplo, o envelhecimento, a juventude, a habitação, a saúde, a alimentação, a mobilidade ou a discriminação.

A economia social corresponde a uma agregação e integração de diferentes atividades económicas de difícil definição e captura. Ainda assim, o conhecimento aturado do território e o exercício de consulta aos atores evidencia que esta é uma área emergente, com forte potencial de expansão tecnológica e económica. Numa outra dimensão, importa analisar a capacidade de resposta social enquanto mote para o desenvolvimento de novas tecnologias e serviços que, respondendo às oportunidades de inovação e de mercado que resultam da retração do Estado, podem fazer emergir atividades empresariais intensivas em conhecimento e de natureza transacionável (a monitorização remota de doentes, é um desses exemplos em que importa desenvolver o sistema de monitorização e de controlo, podendo depois serem prestados serviços de telemedicina, de vigilância e de gestão, nomeadamente de doentes crónicos). Neste último computo, as atividades de apoio social, saúde e educação assumem particular relevância, representando um volume de negócios de 670 milhões de Euros a que corresponde um valor acrescentado bruto de 340 milhões de Euros e cerca de 27 mil empregos»

As redes territoriais/setoriais e a cooperação otimizam os processos de inovação e de produção, permitindo flexibilidade na escala e nas competências. Esta matéria é decisiva na economia social, mas também para a dinamização de um conjunto de atividades económicas ligadas pelo mercado.

7. IDENTIFICAÇÃO DE LACUNAS DEIXADAS PELOS CONCORRENTES

Com tantas novidades surgindo o tempo todo, parece difícil encontrar algo que alguém já não esteja a ser oferecido no mercado, principalmente quando pensamos em setores mais tradicionais e com forte componente social.

No âmbito da EREI 2020, já se identificavam algumas tendências de mercado dentro da economia social:

- > O envelhecimento ativo cria novos segmentos de procura por serviços de bem-estar, por atividades turísticas e por tecnologias que permitam prolongar a autonomia, a qualidade de vida e os níveis de atividade das populações, podendo, em função das assimetrias climáticas, de poderes de compra e fiscais, gerar oportunidades de atração de residentes de maior poder de compra, criando as condições de mercado para a afirmação do turismo residencial. Não obstante, seja numa perspetiva de longo prazo, seja na resposta à população da região, seja em resposta aos "novos" turistas, a expansão deste mercado é indutora da emergência de novas empresas que desenvolvem tecnologias e serviços especializados;
- > Oportunidades tecnológicas e de inovação para a emergência de produtores de tecnologia e de serviços especializados transacionáveis, que podem ocorrer da necessidade e dificuldade crescente em satisfazer as necessidades sociais das populações que constituem apenas uma dimensão da economia social, e que no âmbito da estratégia de especialização inteligente surgem no âmbito da agenda da competitividade;
- > A automatização/digitalização da economia interrelaciona-se com as tendências anteriores a diversos níveis. Não só proporciona uma nova forma de distribuição e conteúdos e de interação entre atores, mas também oferece oportunidades de inovação no campo da saúde, nomeadamente, permitindo a monitorização remota de doentes crónicos. Os doentes crónicos, que com o envelhecimento populacional tenderão a aumentar, representam entre 2/3 a 3/4 dos gastos de saúde nos Estados-Membros da União Europeia. Este facto impõe o desenvolvimento de sistemas preventivos assentes numa melhor monitorização dos doentes e na antecipação de episódios agudos. As TIC permitem integrar os meios de diagnóstico e concentrar informação, criando oportunidades ao nível da criação de sistemas de informação e controlo, de serviços médicos de avaliação e resposta remotos (e exportáveis), facilitando ainda a otimização das marcações de consultas;
- > A ubiquidade crescente da digitalização e das redes através dos smartphones e das cidades inteligentes gera oportunidades tecnológicas e de mercado numa outra dimensão. O sucesso do Facebook, do Tripadvisor ou de alguns blogs evidencia a crescente interatividade entre utilizadores de internet e a sua influência sobre as decisões de consumo.

O Innocentive permite melhorar o processo de pesquisa das empresas, atraindo os internautas a responder a desafios e problema, procurando soluções inovadoras a lançar no mercado. Neste sentido, a digitalização dos serviços da economia social continua a oferecer oportunidades de inovação de elevado potencial de mercado, podendo suportar a integração das cadeias-de-valor particularmente relevante para a maximização da captura de valor acrescentado em domínios como o património, indústrias culturais e criativas e serviços do turismo;

- Provisão de bens e serviços por empresas privadas, com um modelo de negócio inovador e competitivo, mais flexível e otimizado, mas que agrega diferentes fontes de rendimento de forma lucrativa e em consonância com a sua matriz empresarial. Por exemplo, trata-se de otimizar a logística e a mobilidade associando a distribuição de correio, à prestação de cuidados médicos ou à distribuição alimentar, combinando duas fontes de rendimento;
- As Smart Cities são outra dimensão associada à digitalização e à economia social, sobretudo, na criação do meio de suporte para a interação entre pessoas, fomentando modelos de negócio inovadores que integram as cadeias-de-valor e fomentam a emergência de serviços de elevada especialização em seu redor. Um exemplo concreto aplica-se ao turismo em que a crescente instalação de sensores, pode aportar melhorias muito relevantes na experiência do turista, facilitar a sua interação com o património, a localização de prestadores de serviços e informá-lo sobre outros pontos de atração, promovendo uma experiência interativa e personalizada e valorizando de forma completa a cultura e o ambiente que são marcas distintivas da região do Alentejo;
- A importância crescente da responsabilidade ambiental e social na decisão dos consumidores é outra tendência de mercado que significa que existe um segmento crescente de consumidores dispostos a pagar mais por produtos com responsabilidade social e ambiental. Estes fatores criam oportunidades de desenvolvimento de tecnologias e sistemas de monitorização e avaliação das práticas de responsabilidade social e ambiental (por exemplo, monitorização do CO2...) que se articulam com todos os domínios de especialização inteligente.

No que se refere à Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI 2030), no domínio de especialização Inovação Social e Cidadania tem ligação a vários Objetivos de Desenvolvimento Social e enquadra, desde logo, aspetos relacionados com as desigualdades. «As desigualdades do mundo atual crescem às desigualdades sociais que já existiam, as quais – apesar dos progressos entretanto realizados – não foram nem resolvidas nem esquecidas. A complexidade da manifestação das desigualdades (multiescala) exige uma particular atenção por parte dos atores dos sistemas de I&DT, no sentido de tornar as sociedades me-

nos permeáveis às desigualdades socioterritoriais. A construção de soluções inovadoras que incrementem o nível de bem-estar de indivíduos e comunidades, em Portugal, prevenindo processos de exclusão social e injustiça espacial deve considerar-se como um objetivo central deste domínio.»Dentro deste domínio da EREI 2030 pretende-se encontrar soluções de provisão e acesso aos serviços de interesse geral tendo por base uma ideia de para todos, considerando cada um. Neste setor, para além dos serviços de interesse geral tradicionais (e.g. saúde, justiça, educação, finanças, etc...) consideram-se, também, questões como a habitação, o espaço público e a comunicação.

De um modo geral projetos/políticas promotores(as) de modelos inovadores na provisão não podem perder de vista as condições de acesso (e.g. literacia digital, condicionantes físicas, etnias, etc...) de cada um dos cidadãos.

No caso particular da educação importa experimentar novos modelos de educação formação (em todas as fases da vida e diversidade de contextos) que tenham em conta a realidade demográfica da região. A habitação, as amenidades urbanas e as comunicações/mobilidade surgem neste domínio, no sentido da garantia de acesso como forma de mitigar desigualdades e, nestas componentes, importa rever, inovando, muitos dos modelos de oferta atuais.

Pretende, também, encontrar soluções no âmbito do emprego onde emergem três dimensões, às quais importa dar respostas, como: as relações que se estabelecem entre os fenómenos do desemprego e da precariedade, incluindo as desigualdades e a produção de novas formas de pobreza e de exclusão social e que afetam persistentemente determinados grupos; a prevenção de dinâmicas de exclusão social resultantes da robotização/automação e digitalização da economia, é uma área de investimento muito relevante para a região; e, finalmente, as vantagens do trabalho à distância, da evolução tecnológica, da externalização funcional e da democratização do conhecimento colocam, à região, um desafio de competitividade considerando que os seus recursos em termos de amenidades rurais e urbanas podem assumir uma renovada atratividade para o emprego qualificado.

Finalmente, no âmbito do presente domínio, pretende-se encontrar soluções no âmbito do cuidar e envelhecer. O envelhecimento é um aspeto chave na região, sobretudo se associado à baixa densidade e ao isolamento, importa, com base numa abordagem pelos processos, investir em aspetos como a prestação de cuidados (e. g. modernização das infraestruturas, equipamentos, robotização dos cuidadores, etc...) mas também inovar nas abordagens preventivas do envelhecimento, centradas na pessoa (e.g. literacia da atividade física,

conciliação profissional/familiar/pessoal, casas inteligentes, etc...), sempre numa lógica de "envelhecimento no meio".»

É fundamental que as empresas despertem para a importância de apoiar e desenvolver projetos de inovação social. Afinal, estes projetos desempenham hoje um papel preponderante na resolução de diversos problemas da nossa sociedade.

Para que os projetos possam atingir uma dimensão é necessário existir apoio efetivo de mentores empresariais que possam fornecer ao projeto importantes inputs e orientações. As empresas que conseguem ter essa sensibilidade e que abraçam este tipo de iniciativas, fundamentais para o crescimento da economia, percebem o seu valor e a sua importância na sociedade. Na realidade, já existe sensibilidade e motivação para a temática social por parte das empresas.

Os modelos económicos vigentes têm evoluído em resposta às flutuações da oferta e da procura de bens e serviços. Ainda que essas flutuações gerem oportunidades de negócios, essa dinâmica é limitada e não considera mudanças tecnológicas e comportamentais. Portanto, as organizações com visão exclusiva na flutuação de oferta e procura possuem uma gestão de curto prazo, estão fechadas à conquista de novos mercados gerados por novas procuras. Por consequência, fechadas ao processo inovador e sua contribuição vital ao crescimento.

No entanto, um novo tipo de inovação começa a despontar, as preocupações com as questões sociais começam a surgir e a ter um importante papel para as organizações, denominada de inovação social. A mobilização em volta deste tema decorre da falta de capacidade do Estado suprir as necessidades da população e também, das políticas que direcionam o investimento público para o aumento de competitividade em detrimento do desenvolvimento social.

Atualmente vivemos numa época em que os limites entre os setores governamental, sem fins lucrativos e de negócios estão cada vez mais misturados, o resultado é que surgem novas formas institucionais, económicas e sustentáveis na abordagem aos problemas sociais e na entrega de bens de importância social. Não é indiferente o facto que cada vez mais pessoas socialmente conscientes estão a voltar-se para o empreendedorismo social como um meio para ajudar a criar mudanças significativas e potencialmente duradouras. Contudo, surgem cada vez mais necessidades sociais e ambientais. Diante de tal realidade, o empreendedorismo social ganha atenção e emerge rapidamente como um meio importante pelo qual na forma individual ou em grupo as pessoas estão se engajando e desenvolvendo organizações e modelos de negócios muito específicos e economicamente viáveis como soluções a

necessidades sociais e ambientais. Junto a essa popularidade surgiu uma coleção eclética de inferências e significados atribuídos em especial a empresas sociais.

Em Portugal, mas também no território MONTE ACE, mesmo havendo uma tradição na economia social e do associativismo, está a emergir uma nova modalidade de empresas sociais que combinam as suas ações na busca do valor económico e do social, ou socioambiental. Essas empresas estão a contribuir com a promoção do autoemprego. São de tamanho micro ou pequeno. Foram criadas por jovens empreendedores que trazem os seus valores, a vontade de além de criar um negócio, também contribuir para o bem comum, com a comunidade. Essas empresas geram inovações sociais enquanto produtos e serviços, exploram falhas deixadas pelo mercado tradicional, com isso acabam por gerar as externalidades positivas.

8.

O QUE AVALIAR PARA A ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS SETORIAIS

8.1 ANÁLISE DE INDICADORES

Muitos fatores influenciam a estratégia de um projeto (sejam de uma empresa, instituição pública ou privada) e as suas hipóteses de sucesso, entre eles, podemos elencar os indicadores de desempenho, que mensuram a performance obtida. Com eles, temos a oportunidade de observar o nível de sucesso das decisões tomadas e realizar ajustes assertivos, quando necessário.

Para avaliar e monitorizar o desempenho dessas interações, é recomendado elaborar um plano de análise de indicadores. Será decisivo para cada projeto (ou iniciativa) a analisar. É com base na análise desses indicadores que é possível elaborar relatórios setoriais.

Estes determinarão a forma sobre quem tem a responsabilidade em avaliar projetos, a forma analisar os dados de performance, avaliar como eles se ajustam perante a estratégia e ajustar as suas ações, além de comprovar a eficiência dos indicadores.

Em termos gerais, os indicadores de desempenho são métricas utilizadas para mensurar a performance de um projeto (pode ser numa candidatura) ou uma área específica da sua operação, mostrando o seu resultado em números ou percentagens.

No âmbito da aplicação dos fundos comunitários, temos dois tipos de indicadores, que é necessário perceber o seu significado:

INDICADOR DE REALIZAÇÃO - Parâmetro utilizado para medir os produtos gerados pela concretização das atividades de uma operação.

INDICADOR DE RESULTADO - Parâmetro utilizado para medir os efeitos diretos gerados pela operação na concretização dos seus objetivos.

EXEMPLOS:

- > Indicadores de realização: Número de projetos apoiados e Projetos/beneficiários apoiados
- > Indicadores de resultado: Explorações ou Beneficiários apoiados na reestruturação ou mo-

dernização; Explorações ou Beneficiários apoiados em regimes de qualidade; Empregos criados através de projetos e número de produtos locais incluídos em ações de promoção.

Na perspectiva da Elaboração de Relatórios Setoriais deveremos ter em conta que avaliação consiste numa procura sistemática de resposta sobre as intervenções de desenvolvimento e pode ser realizada em diferentes momentos ao longo do ciclo do projeto. A avaliação pode ainda enfatizar um conjunto de questões, mas, independentemente de cada questão, implica recolher, analisar, interpretar e disseminar informação. A avaliação é um processo tão sistemático e objetivo quanto possível que consiste em apreciar um projeto, programa ou política, a sua conceção, execução e resultados. Destina-se a determinar a relevância e o grau de consecução dos objetivos, bem como a eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade em termos de desenvolvimento. Uma avaliação deve fornecer informações credíveis e úteis e, ainda, permitir que as lições aprendidas sejam incorporadas no processo de decisão dos beneficiários e dos financiadores.

Na essência, a avaliação oferece uma oportunidade de aprendizagem no sentido de se procurar saber o que está a resultar, ou não e, neste caso, o que é necessário fazer para melhorar. A avaliação demonstra integridade e objetividade ao identificar resultados válidos e precisos, que são suportados por evidências constatadas.

FASES DA AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO EX-ANTE – Todos os aspetos da ideia de projeto são sujeitos a sistemática e completa apreciação pelo promotor e um plano de projeto é preparado. Para este estudo de viabilidade (mérito económico e social do projeto) são utilizadas metodologias próprias.

APRESENTAÇÃO/FORMALIZAÇÃO – O plano detalhado é submetido para aprovação e financiamento à entidade competente.

IMPLEMENTAÇÃO/EXECUÇÃO – Depois de aprovado, o plano é implementado, inicia-se a sua execução.

Acompanhamento: realizado pelo gestor do projeto ao longo da implementação da intervenção. Trata-se de um processo contínuo de verificação sistemática do progresso das atividades e da forma como os recursos estão a ser utilizados, assim como de definição de estratégias facilitadoras em direção aos resultados (metas e objetivos) envolvendo e fornecendo feedback regular aos principais detentores de interesse.

AVALIAÇÃO – Após o final do projeto é feita nova análise, de forma independente, em termos da sua eficiência e desempenho. Podem ainda medir-se efeitos, tendo por base os objetivos do projeto.

Tanto a fase de apreciação como a de acompanhamento são fundamentais para a avaliação, na medida em que a conceção do projeto e a qualidade da informação produzida durante a sua execução são a base para o êxito de qualquer avaliação.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

De acordo com a Comissão Europeia, os critérios base de qualquer avaliação são os seguintes:

RELEVÂNCIA – Medida segundo a qual os objetivos de uma intervenção de desenvolvimento correspondem às expectativas dos beneficiários, às necessidades da União Europeia e do país, às prioridades globais, às políticas dos parceiros e dos financiadores. Confere se as atividades e os resultados da intervenção estão em linha com os programas estabelecidos e correspondem de forma adequada às necessidades identificadas.

EFICÁCIA – medida segundo a qual os objetivos da intervenção de desenvolvimento foram atingidos, ou se espera serem alcançados, tendo em consideração a sua importância relativa. Mede em que medida a ajuda atinge os seus objetivos. É, assim, a relação entre os objetivos pretendidos e os resultados alcançados.

EFICIÊNCIA – Medida segundo a qual os recursos são convertidos em resultados da forma mais económica. Se há uma boa relação custo-benefício. Mede a produtividade da intervenção, no sentido em que ela será tanto mais eficiente quanto conseguir atingir os seus objetivos ao menor custo possível.

IMPACTO – Efeitos a longo prazo, positivos e negativos, primários e secundários, induzidos por uma intervenção de desenvolvimento, direta ou indiretamente, previstos ou não. Mede as consequências globais do projeto, programa ou política sobre o contexto em questão.

SUSTENTABILIDADE – Continuidade em relação aos benefícios resultantes de uma intervenção de desenvolvimento, após a sua conclusão. Medir a probabilidade dos benefícios perdurarem no longo prazo. Visa saber em que medida os grupos alvo podem e querem apropriar-se dos resultados dessa intervenção.

TIPOS DE AVALIAÇÃO

Globalmente existem fundamentalmente dois tipos de avaliação: formativa (centrada no processo) e sumativa (focalizada nos resultados de curto, médio e longo prazo).

A classificação pode variar segundo diferentes critérios:

QUEM AVALIA

AVALIAÇÃO EXTERNA À INTERVENÇÃO – é realizada por avaliadores que não tiveram envolvimento/responsabilidade nas intervenções que estão a ser avaliadas. Os executores e beneficiários podem ser envolvidos no processo de avaliação, mas o principal objetivo é obter uma apreciação independente, haver prestação de contas e a identificação de lições com ampla aplicabilidade. Estas avaliações podem ainda ser conjuntas com o país parceiro e/ou com outro financiador.

AUTOAVALIAÇÃO – é realizada pelos executores e/ou beneficiários que, assim, avaliam as suas próprias atividades. Centra-se nas lições aprendidas para melhorar as ações/atividades imediatas.

O MOMENTO EM QUE OCORRE

AVALIAÇÃO EX-ANTE – Envolve uma apreciação da viabilidade económica e social da intervenção, realizada, normalmente, pelos promotores/executores, antes da tomada de decisão de avançar com a implementação da mesma.

AVALIAÇÃO NO PERCURSO – envolve uma apreciação externa, durante a execução da intervenção, sobre se esta está a produzir os resultados desejados e faz recomendações de correção. Analisa também os recursos no sentido de garantir a eficiência. Neste caso podemos também ter uma avaliação formativa, no sentido de perceber o mais cedo possível o que está a ser atingido e identificar formas de melhorar o desempenho/processo da intervenção.

AVALIAÇÃO FINAL – Imediatamente após a conclusão da intervenção, analisa de forma holística para o que aconteceu, como resultado da intervenção e interroga sobre as razões e o processo para permitir que as lições sejam aprendidas.

AVALIAÇÃO EX-POST – Após a intervenção ter sido concluída. Deve ser feita algum tempo depois de concluída para ser possível identificar e analisar efeitos, permitindo também uma análise de impacto e em relação à sustentabilidade. Neste caso podemos também ter uma avaliação sumativa, que se preocupa em identificar os resultados e o valor global da intervenção.

O QUE SE AVALIA/OBJETO DA AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO DE PROJETOS/PROGRAMAS – é a abordagem tradicional, que se centra num único projeto, em todos os aspetos com ele relacionado, ou abrange a avaliação de diversos projetos interligados e inter-relacionados, que contribuem para o mesmo objetivo global.

AVALIAÇÃO SETORIAL – Versa sobre os resultados globais provenientes da implementação de vários programas, que concorrem de forma integrada para os objetivos, no contexto de um setor/área de intervenção macro. A avaliação consiste assim, numa análise integrada, seguindo a mesma linha de coerência que presidiu à conceção da intervenção setorial.

AVALIAÇÃO TEMÁTICA – É um exercício de avaliação que analisa um determinado aspeto transversal ou comum a várias intervenções.

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO

O relatório da avaliação constitui um dos produtos principais do processo de avaliação que apoia a prestação de contas, a tomada de decisão, a aprendizagem e a melhoria. Garantir a sua qualidade é essencial e contribui para que haja um maior interesse nos seus resultados.

Três critérios essenciais para a elaboração de um bom relatório: As escolhas metodológicas; Análise e apreciação da avaliação da intervenção; Formato do Relatório final.

A DIVULGAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO

A divulgação dos resultados deve ser planeada a par de todo o restante processo de avaliação e, nesse sentido, dever-se-á definir, desde o início da avaliação, quer o grupo-alvo, quer todos aqueles que vão participar neste processo. A divulgação deve ser feita da forma mais abrangente possível, isto é, não se deve limitar aos que se envolveram diretamente no

processo da avaliação mas sim a todos os detentores de interesse. Para promover uma utilização transversal dos resultados da avaliação, a divulgação pode utilizar os seguintes canais e/ou produtos: Reuniões e seminários; Correio ou correio eletrónico; Intranet; Newsletter; Imprensa, Sites e Redes Sociais, etc.

Em suma, os relatórios são considerados a maior ferramenta que os intervenientes na gestão e operacionalização dos fundos comunitários devem usar para ter uma visão profunda sobre cada processo e setor, expondo dessa forma a realidade de um terminado território, setor ou intervenção específica.

Para além da divulgação dos resultados da avaliação, a sua utilização nas intervenções em curso ou a implementar deve ser assegurada. Para tal as conclusões e as recomendações da avaliação devem ser incorporadas na programação e na execução das diversas intervenções (em curso ou novas), o que significa que é necessário promover a utilização dos ensinamentos junto de todos os detentores de interesse.

8.2 ANÁLISE COMPARATIVA COM OUTROS PROJETOS DA MESMA NATUREZA

Na avaliação e na monitorização das intervenções territoriais, nomeadamente através das políticas de desenvolvimento territorial, assim como, na aplicação e execução de fundos nos diferentes territórios, não parece ser suficiente a elaboração de relatórios. Torna-se fundamental a realização de análises comparativas com outros territórios.

Após a utilização das ferramentas de avaliação de um território ou setor, parte-se então para a comparação entre o desempenho com outros territórios ou setores. Para esse feito terão de ser escolhidos indicadores claramente equivalentes. O Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e cada uma das estratégias nacionais (no caso português o PT 2030) definiram um conjunto de indicadores e metas que vão ter.

9. NECESSIDADES DE FORMAÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DE PROJETOS SETORIAIS.

No âmbito dos projetos apresentados aos Sistemas de Incentivo de Apoio à Economia Social e a Economia Solidária (ex. PT 2020, futuramente PT 2030 e PRR), as equipas técnicas de avaliação devem aprofundar os conhecimentos na Temática da Análise de Investimentos na Área Social.

TEMÁTICAS

- > Conceito e classificação de projetos da Economia Social e a Economia Solidária
- > Ciclo de vida dos projetos da Economia Social e a Economia Solidária
- > Óticas de avaliação dos projetos
- > Critérios de avaliação de projetos da Economia Social e a Economia Solidária
- > Elementos de base para a avaliação de projetos da Economia Social e a Economia Solidária na ótica solidária
- > Análise de investimentos sociais com base em orçamentos parciais
- > Análise de investimentos com base em orçamentos anuais
- > As diferentes componentes da área social (ERPI, Centro Dia, Centro Noite, Apoio Domiciliário, Creche, etc)
- > Análise de investimentos da Economia Social e a Economia Solidária com base em orçamentos plurianuais
- > Estrutura e processo de elaboração dos fluxos de caixa

OBJETIVOS GERAIS

- > Identificar o ciclo de vida dos projetos de investimento.
- > Reconhecer os critérios de avaliação de projetos de investimento da Economia Social e a Economia Solidária.
- > Analisar a rentabilidade de investimentos com base em orçamentos parciais e anuais.
- > Elaborar orçamentos plurianuais para avaliar investimentos.

Tendo em conta que a grande parte dos projetos são desenvolvidos por IPSS e entidades sem fins lucrativos, e que a grande maioria depende em mais de 50% de financiamentos públicos, são obrigadas a cumprir as regras da contratação pública.

Em termos práticos as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) e outras entidades sem fins lucrativos do Setor Social e Solidário atuam como "organismos de direito público", enquadrando-se desse modo no universo da Contratação Pública.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras entidades sem fins lucrativos do Setor Social e Solidário têm uma importância inegável na satisfação das necessidades básicas de uma sociedade. O Estado, depositário legal dessa competência, confere a estas instituições a realização das atividades de solidariedade e ação social, apoiando e financiando o seu desenvolvimento. Esta cooperação faz com que estas instituições estejam submetidas a prerrogativas de cariz público.

De modo a estarem sujeitas às regras da Contratação Pública, as Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras entidades sem fins lucrativos do Setor Social e Solidário podem assumir-se como entidades adjudicantes, especificamente como "organismos de direito público".

Neste contexto, as equipas técnicas de avaliação devem aprofundar os conhecimentos na Contratação Pública.

Pretende-se assim, que as equipas técnicas de avaliação adquiriram competências que lhes permitiram analisar um procedimento para a formação de contratos públicos, respeitando os trâmites do CCP (Código da Contratação Pública), na ótica de uma entidade adjudicante.

TEMÁTICAS

- > Identificar a legislação aplicável;
- > Diagnosticar os tipos de procedimentos;
- > Assegurar uma correta distinção entre tramitação procedimental dos vários procedimentos;
- > Distinguir os princípios, as normas e os procedimentos aplicáveis na contratação pública.

CONTEÚDOS

- > Princípios da Contratação Pública;
- > Entidades Adjudicantes;
- > Tipos de Procedimentos e Critérios de Escolha do Procedimento
- > Esclarecimentos, Retificações das Peças e O Novo Regime de Erros e Omissões do Caderno de Encargos
- > Propostas: Elaboração e Apresentação
- > A Avaliação das Propostas
- > Os Motivos de Exclusão das Propostas
- > A Contratação Pública Eletrónica
- > A modificação contratual. Os trabalhos e os Serviços Complementares
- > O Incumprimento do Contrato: Aplicação de Sanções

10. CONCLUSÕES

As instituições sociais e solidárias são uma realidade multissecular na sociedade portuguesa, encontram-se dispersas por todo o país e, durante séculos, foram a instância fundamental de proteção social. No território MONTE ACE não diferente do que se passa em todos o país. As Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras entidades sem fins lucrativos do Setor Social e Solidário têm um papel preponderante em todo o território, quer em termos do trabalho desenvolvido na área sua atuação, quer em termos de emprego.

A partir do século XX, com o advento da previdência, e depois, da segurança social, evoluíram para um papel diferente. A mudança traduziu-se, em especial, no facto de o Estado assumir a responsabilidade política pela proteção social.

Para esta prestação, o Estado recorreu à participação das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e outras entidades sem fins lucrativos do Setor Social e Solidário e esta evolução originou três conceções acerca da missão das IPSS: a estatizante, a de autorresponsabilização e a de cooperação.

Em texto escrito pelo Padre Lino Maia - Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), no Jornal de Negócio em 5 de Dezembro de 2017, referia:

«A primeira considera o Estado como o responsável pela ação social que pode e, talvez, deva concessionar, no todo ou em parte, às IPSS e a outras entidades. Nesta conceção, as instituições configuram-se como prestadoras de serviços ao Estado e, em simultâneo, aos utentes.

Na segunda conceção, as instituições consideram-se emanação da sociedade civil e, por isso, vinculadas à solução dos respetivos problemas sociais. Porém, sempre os poderes públicos participaram, no pressuposto de que também eram corresponsáveis.

A terceira conceção corresponde à síntese das outras duas: as instituições estão comprometidas, e até identificadas, com as pessoas necessitadas, prestam-lhes as ajudas possíveis, com os seus próprios meios, requerem a intervenção subsidiária do Estado e assumem-no como corresponsável e regulador.

Crê-se ser legítimo afirmar que, ao longo da nossa história social, prevaleceu a terceira conceção, isto é, a cooperação, não só com o Estado, mas também com outras entidades. Nesta conformidade, acha-se muito difundida entre as IPSS, a convicção de que, mesmo que o Estado fosse ilimitado em recursos financeiros, continuava a ser indispensável a existência das instituições.

São associações, cooperativas e fundações de solidariedade social, mutualidades, centros sociais paroquiais, institutos de organização religiosa ou misericórdias, com respostas para acolhimento institucional para crianças e jovens em perigo, de alojamento social de emergência, cantinas sociais, casas-abrigo, centros, creches, cuidados continuados integrados, jardins de infância, lares (de infância, juventude ou pessoas idosas), serviços de apoio domiciliário, entre muitas outras respostas. E, na área da deficiência, por exemplo, quase tudo o que se faz entre nós, que é muito e é muito bom, é da responsabilidade direta destas instituições.»

Desde o surgimento do conceito de setor social, terceiro setor ou, ainda, de economia social, que o papel desempenhado pelas suas organizações nos territórios mais vulneráveis é de enorme relevância para a construção de uma melhor resposta social, capaz de contribuir para um mundo mais equitativo e socialmente mais justo.

A atividade social desenvolvida diretamente pelas pessoas de cada localidade, que se organizam e mobilizam para apoiar as suas crianças, jovens e idosos, principalmente os mais necessitados e fragilizados, está enraizada na cultura portuguesa, atuando sobre a forma de associações mutualistas e instituições de solidariedade social.

Estas organizações constituem uma alavanca estratégica aos desafios sociais locais, cooperando com o Estado na promoção da inclusão social. Com efeito, desde o final do século passado, as políticas sociais públicas têm adotado como parceiro preferencial o terceiro setor. Tem sido esse o maior responsável pela aplicação e dinamização de medidas de apoio aos problemas de ordem social, da promoção da economia solidária e do desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva.

O conceito de Economia Social tem ganho protagonismo na UE e foi uma das grandes prioridades numa das últimas presidências europeias.

Após longos anos de trabalho e empenho por parte de diversas pessoas e entidades da Economia Social a nível europeu, das quais destacamos a Social Economy Europe e os seus membros, incluindo a CASES, foi, entretanto, anunciado, pela Comissão Europeia, o Plano de Ação para a Economia Social.

O objetivo é que o Plano de Ação tenha medidas concretas para executar o Pilar Social Europeu e permita alcançar metas mais objetivas de melhoria das condições de vida e de trabalho na Europa e combata a pobreza e a exclusão social. Por isso, a primeira prioridade

do Programa de Recuperação e Resiliência é responder às vulnerabilidades sociais que a crise sanitária mais evidenciou, melhorando as respostas sociais aos mais velhos, às variadas carências habitacionais e a integração dos territórios de exclusão.

Este Plano significa não só o reconhecimento por parte das instituições europeias da importância da Economia Social, através de uma política específica dirigida ao setor; como também a colocação em prática, de forma concertada e sistémica, de mecanismos concretos de atuação que promovem as entidades de Economia Social, e que deverão ser considerados e usados da melhor forma, nomeadamente a nível nacional, transformando-os em objetivos e metas ambiciosos para o setor ao longo destes próximos anos.

O Plano inclui ações concretas a serem implementadas nos próximos nove anos, em áreas-chave como: auxílios estatais (explorando novas possibilidades para empresas sociais de inserção laboral e outras empresas de economia social de utilidade social), enquadramentos jurídicos e políticos, contratos públicos socialmente responsáveis e acesso aos mercados, promovendo a economia social a nível local, regional e internacional; apoio empresarial, competências, empreendedorismo jovem, acesso a financiamento (InvestEU e outros programas relevantes); contribuição da economia social para as transições verdes e digitais, inovação social; reconhecimento, entre outras.

Entretanto, a Economia Social e Solidária já é parte ativa do Plano de Recuperação e Resiliência. Os investimentos a realizar serão alinhados com o quadro estratégico nacional para a inclusão social, a redução da pobreza, o envelhecimento ativo e saudável e a inclusão das pessoas com deficiência ou incapacidades. Por exemplo, a requalificação da rede de equipamentos e respostas sociais; o alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais; a criação de equipas multidisciplinares de intervenção, uma nova geração do apoio domiciliário e aquisição de viaturas elétricas.

Para além disso, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social está a realizar um trabalho conjunto com os restantes ministérios para garantir as condições de acessibilidade das entidades da economia social aos vários investimentos na área da saúde, da educação, da habitação, ou das Empresas 4.0; garantida está a acessibilidade das entidades da Economia Social e Solidária às áreas de atuação concreta do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social no âmbito do PRR. Em particular, o desenvolvimento da nova geração de equipamentos e respostas sociais para a 1ª infância, pessoas idosas e pessoas com deficiência que contará com um investimento de 417 milhões de euros.

A pandemia veio evidenciar a importância de um setor que, já em 2018 empregava cerca de 6,4% do total de pessoas ao serviço das empresas em Portugal. Em 2016, o setor da Economia Social e Solidária gerava 3% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) da economia portuguesa.

Apesar da sua importância para a sociedade, para os cidadãos e para a economia real, as entidades da economia social enfrentam grandes desafios no que diz respeito à maturidade da digitalização. A digitalização destas entidades é fundamental e pode ser um motor essencial para a criação de novos postos de trabalho.

Um dos grandes objetivos do Plano de Ação para a Economia Social é a promoção da economia social a nível regional e local: Os modelos empresariais da economia social trazem valor às economias e sociedades locais, promovendo a sua inclusividade, resiliência e sustentabilidade. Têm fortes raízes locais e visam principalmente servir a comunidade em que estão baseados, fixando a população, as atividades económicas e as receitas a nível local. Como tal, contribuem para fomentar o desenvolvimento económico local em setores especificamente pertinentes para as regiões, por exemplo, nas zonas rurais, no que respeita à agricultura e à produção de alimentos biológicos, ou na economia azul. Promovem cadeias de valor curtas, facilitando a produção e o consumo local e apoiam a ação climática e a economia circular. Contribuem também para a prestação de serviços sociais, que são muitas vezes limitados nas zonas rurais e mais remotas.

Conforme anunciado na Visão a longo prazo para as zonas rurais da UE, a Comissão levará a cabo um conjunto de ações que permitirão aos empresários e às pequenas empresas mudar-se para as zonas rurais e contribuir para a adaptação destas ao ambiente económico em mudança, o que criará oportunidades para práticas empresariais inovadoras, cooperação e polos empresariais, bem como para o desenvolvimento de novos setores da economia. Será colocada uma ênfase específica nas cadeias de abastecimento curtas dos produtos agroalimentares, que ligam diretamente os produtores aos consumidores, complementada por ações que promovam oportunidades de emprego e aprendizagem para os jovens e o desenvolvimento sustentável da bioeconomia.

Muitas autoridades regionais e locais da Europa têm competências para desenvolver estratégias e instrumentos para apoiar o desenvolvimento de ecossistemas da economia social local e regional. Há margem para tirar melhor partido deste potencial.

O intercâmbio e a cooperação entre as autoridades regionais e locais são formas eficazes de reforçar a aprendizagem mútua sobre a economia social. É o caso, em especial, da coopera-

ção transfronteiriça. A fim de ajudar as autoridades locais e regionais a reforçar a cooperação com os intervenientes da economia social, também no âmbito de estratégias de especialização inteligente, está disponível apoio ao abrigo do Fundo Social Europeu Mais (FSE+), do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo para uma Transição Justa. A Plataforma para uma Transição Justa proporciona uma plataforma ativa de intercâmbio para todas as partes interessadas de regiões particularmente afetadas pela transição climática, nomeadamente os intervenientes da economia social. Além disso, a Comissão apoia a aprendizagem entre pares, a cooperação e desenvolvimento de comunidades entre as regiões e as autoridades locais. Por exemplo, a iniciativa Regiões Europeias da Economia Social e as Missões de Economia Social aumentaram a visibilidade da economia social a nível local e apoiaram financeiramente a organização de sessões de aprendizagem mútua com as autoridades locais e as partes interessadas da economia social. Este trabalho é ainda apoiado por iniciativas locais como o Pacto de Autarcas da UE.

A Comissão continuará a desenvolver estas iniciativas de apoio à cooperação transnacional, com especial ênfase para a viabilização de uma transição ecológica e digital justa (ver secção 4.3). Incentivará também a utilização do programa Interreg Europe e da parceria de especialização inteligente para a economia social⁴³, a fim de promover intercâmbios transfronteiriços e inter-regionais.

MEDIDAS CONCRETAS DO PLANO DE AÇÃO PARA A ECONOMIA SOCIAL

- 1** – Apoiar os Estados-Membros e as partes interessadas a promover a economia social e a inovação social nas zonas rurais através da futura rede europeia da política agrícola comum e a reforçar a integração dos polos de inovação social e ecológica na política europeia em matéria de polos industriais, a fim de proporcionar orientação, apoiar a investigação e o reforço de novas capacidades, o intercâmbio de boas práticas e a criação de redes transfronteiriças;
- 2** – Alargar a rede de Regiões europeias da economia social para reforçar novas parcerias regionais e locais, em especial para estimular as transições digital e ecológica nos territórios;
- 3** – Reforçar o trabalho em rede entre as empresas rurais através da Rede Europeia de Empresas, bem como de apelos à cooperação inter-regional através das missões europeias da economia social. A visão a longo prazo para as zonas rurais colocará uma ênfase específica no empreendedorismo e na economia social nas zonas rurais.

A Comissão insta os Estados-Membros a criarem pontos de contacto locais para a economia social que desempenhem o papel de embaixadores da economia social, prestem apoio entre pares, facilitem o acesso ao financiamento nacional e da UE, e estabeleçam contactos com as autoridades que gerem os fundos europeus.

Tal como foi evidenciado no Capítulo 7 deste trabalho, também, no âmbito da EREI Alentejo, devemos ter em consideração as novas tendências de mercado dentro da economia social:

> O envelhecimento ativo cria novos segmentos de procura por serviços de bem-estar, por atividades turísticas e por tecnologias que permitam prolongar a autonomia, a qualidade de vida e os níveis de atividade das populações, podendo, em função das assimetrias climatéricas, de poderes de compra e fiscais, gerar oportunidades de atração de residentes de maior poder de compra, criando as condições de mercado para a afirmação do turismo residencial.

> Oportunidades tecnológicas e de inovação para a emergência de produtores de tecnologia e de serviços especializados transacionáveis, que podem ocorrer da necessidade e dificuldade crescente em satisfazer as necessidades sociais das populações que constituem apenas uma dimensão da economia social, e que no cômputo da estratégia de especialização inteligente surgem no âmbito da agenda da competitividade;

> A automatização/digitalização da economia interrelaciona-se com as tendências anteriores a diversos níveis. Não só proporciona uma nova forma de distribuição e conteúdos e de interação entre atores, mas também oferece oportunidades de inovação no campo da saúde, nomeadamente, permitindo a monitorização remota de doentes crónicos;

> A ubiquidade crescente da digitalização e das redes através dos smartphones e das cidades inteligentes gera oportunidades tecnológicas e de mercado numa outra dimensão;

> Provisão de bens e serviços por empresas privadas, com um modelo de negócio inovador e competitivo, mais flexível e otimizado, mas que agrega diferentes fontes de rendimento de forma lucrativa e em consonância com a sua matriz empresarial;

> As Smart Cities são outra dimensão associada à digitalização e à economia social, sobretudo, na criação do meio de suporte para a interação entre pessoas, fomentando modelos de negócio inovadores que integram as cadeias-de-valor e fomentam a emergência de serviços de elevada especialização em seu redor;

> A importância crescente da responsabilidade ambiental e social na decisão dos consu-

midores é outra tendência de mercado que significa que existe um segmento crescente de consumidores dispostos a pagar mais por produtos com responsabilidade social e ambiental.

No que se refere à Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI 2030), no domínio de especialização Inovação Social e Cidadania tem ligação a vários Objetivos de Desenvolvimento Social e enquadra, desde logo, aspetos relacionados com as desigualdades.

Uma coisa é certa, as organizações locais que se envolvem, promovem e mobilizam os territórios do Interior assumem um papel decisivo como parceiros do Estado na promoção da inovação e da inclusão social. Há que reforçar o espírito de comunidade e de pertença que funciona como cola entre projetos, instituições e sociedade civil, fundamental para uma economia das pessoas e para as pessoas, com uma abordagem de cada vez maior proximidade, sinónimo de humanismo e de maior benefício para as pessoas, especialmente para as socialmente mais vulneráveis.

O Plano de Ação para a Economia Social promovido pela Comissão Europeia, assim como, a EREI Alentejo promovida pela CCDR Alentejo, são instrumentos fundamentais para uma visão de futuro do setor da economia social. No entanto, ainda existem algumas áreas tradicionais com fortes lacunas no território MONTE ACE, nomeadamente:

1 - Cuidados de Saúde Primários. Por via do recurso ao setor social e solidário, pode reforçar -se a resposta pública no âmbito dos Cuidados de Saúde Primários, de modo a colmatar as carências, temporalmente definidas, existentes nesta área.

2 - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados. A (RNCCI) é considerada prioritária, sendo o seu alargamento um objetivo do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Esse alargamento será concretizado mediante um adequado planeamento territorial. A referenciação, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, para o descanso do cuidador, constitui uma relevante medida de apoio ao cuidador informal. É uma +área em que o setor Social e Solidário pode dar um forte contributo territorial.

3 - Cuidados de Saúde Mental na RNCCI. Sendo as intervenções na área da saúde mental um objetivo do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, devem ser fomentadas estas respostas, de modo a alargar a rede de cuidados continuados integrados de saúde mental, de acordo com a legislação em vigor e mediante uma avaliação das experiências piloto, as quais foram prorrogadas pelo Despacho n.º 3236-A/2019, de 22 de março, assim como das respostas desenvolvidas no âmbito do Despacho Conjunto n.º 407/98, de 18 de junho. No âmbito da Rede serão aumentadas

as respostas na área da saúde mental, constituindo-se as instituições do setor social e solidário como parceiros relevantes.4 - Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável. No âmbito do grupo de trabalho interministerial para o Envelhecimento Ativo e Saudável, as instituições do setor social e solidário devem constituir-se como um parceiro privilegiado na sua implementação.

5 - Centros de Recursos para a Inclusão. A promoção do sucesso escolar e a melhoria continuada das aprendizagens, mediante respostas que garantem a inclusão através de processos que respondem à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, alicerçado no aumento da sua participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa, constitui uma garantia do cumprimento da obrigação do Estado promover a igualdade de oportunidades no acesso a uma educação de qualidade.

6 - Crianças e jovens em situação de acolhimento. Com vista a dar resposta específica às problemáticas inerentes às crianças e jovens que se encontram em situação de acolhimento nas instituições da rede pública ou solidária, em Lares de Infância e Juventude, Centros de Acolhimento Temporário ou Casas de Acolhimento, nomeadamente através do reforço dos seus processos de formação escolar como condição indispensável para uma futura integração social plena, concretizado através de apoio pedagógico.

Todas estas medidas e iniciativas fazem parte do «Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário», estabelecido entre o Estado e as entidades do Setor e Solidário.

De notar, tanto o PRR, como o futuro Portugal 2030, preveem o desenvolvimento e reforço da nova geração de equipamentos e respostas sociais, pelo que vão ser instrumentos decisivos para a concretização de um Upgrad na infraestruturização deste importante setor.

Em suma, a Economia Social assume em Portugal e nos Espaço Europeu, tal como em todo o mundo, um lugar de destaque, cada vez mais crescente, no papel dinamizador das Economias.

Neste percurso em construção, devem ser concretizadas diversas medidas, de reforço das respostas sociais, de criação de sustentabilidade, de novos mecanismos que desafiam a inovação, bem como de profundas iniciativas e reformas legislativas, que procuraram acompanhar este caminho.

Para a melhoria da eficácia da rede existente é determinante o papel que o Conselho Nacional para a Economia Social e da Comissão Permanente para o Sector Social, bem como a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidade Portuguesas, na procura de caminhos agregadores, permanecendo na linha da frente de uma gestão rigorosa, sustentável e modernizadora.

Neste novo contexto, a entrada em vigor da nova legislação que estabelece e define as bases de cooperação entre o Estado, a Administração Pública Central e Descentralizada e as organizações da Economia Social, alargando o perímetro desta parceria a todas as áreas do domínio social (segurança social, emprego, saúde e educação), dão corpo às políticas de proximidade e ao princípio da subsidiariedade.

BIBLIOGRAFIA

- "Alentejo 2030 – Desafiar o Futuro" Contributo regional para a estratégia nacional Portugal 2030 – CCDR Alentejo;
- Estratégia regional De especialização Inteligente EREI 2030 – CCDR Alentejo;
- Estratégia regional De especialização Inteligente EREI 2020 – CCDR Alentejo;
- Plano de Ação Regional 2020 – CCDR Alentejo;
- Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação para o Alentejo Central 2014-2020 – CIMAC;
- Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário
- "Recuperar Portugal, Construindo o futuro" - Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) - Ministério do Planeamento;
- Estratégia de Desenvolvimento Local – GAL Alentejo Central;
- Entrevista Padre Lino Maia - Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), no Jornal de Negócio em 5 de Dezembro de 2017;
- "Plano de Ação para a Economia Social" - Comissão Europeia;
- Artigo de Gorgi Krlev, Giulio Pasi, Dominika Wruk, Marika Bernhard na "Reconceptualizing the Social Economy". © Stanford Social Innovation Review 2021

FICHA TÉCNICA**TÍTULO**

Diagnósticos e Relatórios setoriais nas áreas de especialização produtiva do território - Área Social

AUTOR

Monte-ACE

CONSULTOR

SÍMBOLOS AFIRMATIVOS – UNIPessoal, LDA
 EQUIPA: António Francisco Costa da Silva (Coordenador) – Economista
 Bruno Miguel Marques Guido Palma – Gestão de Empresas
 Vera Sofia Carvalho Fernandes – Economista

DESIGN

Sugo Design, lda.

DATA

março 2023

WEBSITE

www.monte-ace.pt



ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO
LOCAL
2030
ALENTEJO CENTRAL



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



PDR 2020
PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020